

MARINHA DO BRASIL
COMANDO DO 4º DISTRITO NAVAL
AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2024 (PRAÇAS)

Apêndice I – Cronograma de Eventos – Seleção Unificada para o Serviço Militar Voluntário (SMV) – Praças RM2;

Apêndice II – Modelo de Atestado de Bons Antecedentes de conduta;

Apêndice III – Padrões Psicofísicos Admissionais – Praças;

Apêndice IV – Modelo de Declaração de Apresentação de Comprovante de Conclusão de Curso;

Apêndice V – Modelo de Declaração de Apresentação de Comprovante do Registro Profissional;

Apêndice VI – Modelo de Requerimento;

Apêndice VII – Programa e Bibliografia para a Prova Objetiva (PO) – Praças RM2;

Apêndice VIII – Modelo de Recurso da Prova Objetiva;

Apêndice IX – Modelo de Recurso da Prova de Títulos (PT);

Apêndice X – Modelo de Recurso para Verificação de Dados Bibliográficos (VDB);

Apêndice XI – Modelo de Recurso para Verificação Documental (VD);

Apêndice XII – Recibo de Documentos Comprobatórios;

Apêndice XIII – Ficha de Verificação Documental;

Apêndice XIV – Modelo de Declaração de Voluntariado e Compromisso para Prestação de SMV;

Apêndice XV – Modelo de Declaração de Tempo de Serviço Anterior como Militar nas Forças Armadas;

Apêndice XVI – Modelo de Declaração de Ciência da Necessidade de Informação do Estado de Gravidez;

Apêndice XVII – Declaração de Investidura em Cargo Público para Profissionais de Saúde, com profissões regulamentadas;

Apêndice XVIII – Modelo de Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público para Profissionais de Saúde, com profissões regulamentadas;

Apêndice XIX – Modelo de Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público para Profissionais das demais áreas;

Apêndice XX – Folha de Anamnese Dirigida;

Apêndice XXI – Modelo de Atestado Médico; e

Apêndice XXII – Modelo de Requerimento de Solicitação de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição.

INSTRUÇÕES PARA O PROCESSO SELETIVO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO DAS ÁREAS INDUSTRIAL, DE SAÚDE E APOIO; E NÍVEL FUNDAMENTAL DA ÁREA INDUSTRIAL, PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR VOLUNTÁRIO COMO PRAÇAS TEMPORÁRIAS DA MARINHA DO BRASIL.

O Comando do 4º Distrito Naval (Com4ºDN), no uso de suas atribuições, torna pública a abertura de inscrições e estabelece normas específicas ao processo seletivo para convocação de profissionais de nível fundamental e médio, de ambos os sexos, para a prestação do SMV temporário como Praças de 2ª Classe da Reserva da Marinha (RM2), de acordo com o disposto na Lei nº 4.375/1964 (Lei do Serviço Militar), alterada pela Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019 e Decretos nº 57.654/66 (Regulamento da Lei do Serviço Militar) e nº 4.780/2003 (Regulamento da Reserva da Marinha), a fim de completar o efetivo de militares na área de jurisdição do Com4ºDN, no Estado do Pará (PA).

As inscrições dos voluntários não implicam, por parte da Marinha do Brasil, qualquer compromisso até o início do Estágio de Aprendizagem Técnica (EAT) ou Estágio Técnico para Praças (ETP).

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo para as vagas previstas será regido pelo presente Aviso de Convocação (AC) e executado pelo Com4ºDN, destinando-se ao preenchimento das necessidades temporárias de Praças em Organizações Militares (OM) da Marinha, para a aplicação de seus conhecimentos técnico-profissionais.

1.2. MILITARES TEMPORÁRIOS SÃO OS INTEGRANTES DA RESERVA DE 2ª CLASSE DA MARINHA, INCORPORADOS PARA PRESTAR SERVIÇO MILITAR, EM CARÁTER TRANSITÓRIO E REGIONAL. A NATUREZA DO VÍNCULO COM A FORÇA É, NESSE SENTIDO, PRECÁRIA E TRANSITÓRIA, COM DURAÇÃO MÁXIMA DE ATÉ 96 (NOVENTA E SEIS) MESES, NÃO GERANDO QUALQUER EXPECTATIVA QUANTO À PERMANÊNCIA E À ESTABILIDADE, AS QUAIS SOMENTE SE ADMITEM AOS MILITARES DE CARREIRA, DE ACORDO COM OS REQUISITOS PREVISTOS EM LEI.

1.3. Os voluntários aprovados e classificados dentro do número de vagas serão convocados para cumprir um período inicial no SMV, o qual terá duração total de doze meses, e será prestado na forma de Estágio. Os voluntários, de acordo com os pré-requisitos previstos nos subitens 1.4 ou 1.5 deste Aviso, serão convocados para cumprir o EAT ou o ETP.

1.4. O EAT destina-se às Praças RM2, aos reservistas, aos cidadãos brasileiros com incorporação adiada, aos dispensados de incorporação ou do Serviço Militar Inicial (SMI) e às

mulheres, todos voluntários, com o ensino fundamental concluído e cursos correspondentes à educação profissional de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores (C-FIC).

1.4.1. Os voluntários às vagas da área administrativa, para função de motorista de viaturas administrativas deverão possuir C-FIC do Eixo Tecnológico de Infraestrutura, com cursos que compreendam as seguintes atividades de transporte:

- a) Motorista de Transporte de Carga;
- b) Motorista de Transporte de Carga de Produtos Alimentícios;
- c) Motorista de Transporte de Carga Viva;
- d) Motorista de Transporte de Lixo Urbano;
- e) Motorista de Transporte de Passageiros;
- f) Motorista de Transporte de Produtos Perigosos; e
- g) Motorista de Transporte Escolar.

1.4.2. Os voluntários às vagas da área administrativa, para a função de Barbeiro, deverão possuir C-FIC do Eixo Tecnológico de Ambiente e Saúde, com cursos que contemplem atividades de corte e limpeza de cabelos, de barba, costeletas e bigode dentro dos padrões estabelecidos pelo regulamento da Marinha.

1.4.3. Os voluntários às vagas da área administrativa, para a função de Cozinheiro, deverão possuir C-FIC do Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer, com cursos que contemplem atividades de preparo de alimentos e organização da cozinha, observando os padrões de qualidade, higiene e segurança alimentar.

1.4.4. Os voluntários às vagas da área administrativa, para a função de Arrumador, deverão possuir C-FIC do Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer, com cursos que contemplem atividades de auxiliar de garçom, camareiro em meios de hospedagem e copeiro.

1.4.5. Os voluntários aprovados nos testes aplicados na 1ª fase do EAT serão promovidos a Marinheiro-Especializado (MNE-RM2).

1.5. O ETP destina-se às Praças RM2, aos reservistas, aos cidadãos brasileiros com incorporação adiada, aos dispensados de incorporação ou do SMI e às mulheres, todos voluntários, com o ensino médio concluído e com cursos correspondentes à educação profissional de nível técnico. Os voluntários aprovados nos testes aplicados na 1ª fase do ETP serão promovidos a Cabo (CB-RM2).

1.5.1. Os voluntários às vagas da área de apoio, para a função de Paioleiro, deverão possuir cursos técnicos em Administração ou em Logística, conforme previsto no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação.

1.6. O EAT e o ETP têm duração total de doze meses, sendo divididos em duas fases:

a) a primeira, destinada à Instrução Militar-Naval e ao Estágio de Qualificação de Prática Militar-Naval (E-QPM) com duração de 60 dias, será realizada obrigatoriamente em Órgão de Formação de Reserva (OFR) ou Centro de Instrução, ocasião em que os incorporados receberão Instrução Militar-Naval e serão avaliados mediante aplicação de testes estabelecidos em currículo disciplinar, referentes à formação Militar Naval do EAT ou do ETP; e

b) a segunda, destinada à aplicação de conhecimentos técnico-profissionais, será realizada na OM para a qual o incorporado será designado para servir.

1.7. O incorporado que não alcançar a nota mínima nas avaliações curriculares, durante a primeira fase do EAT ou do ETP, será licenciado *ex officio*, por conveniência do serviço, de acordo com o inciso I, alínea d, do art. 50, do Decreto nº 4.780/2003.

1.8. Após a incorporação, o militar RM2 perceberá remuneração atinente à sua graduação, como previsto na Lei de Remuneração dos Militares (Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002), além dos demais direitos previstos na Lei nº 6.880/1980, enquanto estiver no Serviço Ativo.

1.9. Poderão ser concedidas prorrogações de tempo de serviço, de um ano, por períodos iguais e sucessivos, a critério do Com4ºDN a que estiver subordinado, desde que o tempo total de serviço prestado não ultrapasse o tempo máximo de 96 (noventa e seis) meses, contínuos ou não, no serviço ativo, computando-se para isso, inclusive, o tempo de efetivo Serviço Militar (SM) prestado em qualquer Força Armada, anterior à convocação.

1.10. Em tempo de paz, não será concedida prorrogação de tempo de serviço ao militar RM2 por períodos que venham a ultrapassar a data de 31 de dezembro do ano em que o voluntário completar quarenta e cinco anos de idade, de acordo com o inciso II, § 1º, art. 27, da Lei nº 4.375, de 4 de agosto de 1964, alterada pela Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019.

1.11. Os voluntários que forem Praças RM2 e que tenham sido aprovados no presente processo seletivo, não estão dispensados da realização da 1ª fase do estágio EAT/ETP.

1.12. Não serão incorporadas as voluntárias que estiverem grávidas, em face dos riscos decorrentes das atividades militares desenvolvidas na 1ª fase do EAT ou do ETP. Caso seja constatado o estado de gravidez até a incorporação nos referidos estágios, a voluntária será eliminada do processo seletivo, não cabendo reserva de vaga para inclusão em Processos Seletivos subsequentes, tendo em vista o caráter anual e temporário da incorporação por meio do SMV.

1.13. As Instruções Gerais para os Estágios e a Prestação do Serviço Militar pelos Militares da Reserva de 2ª e 3ª Classes da Marinha, aprovadas pela Portaria nº 1/2021, do Comandante da

Marinha (CM), estão disponíveis na página da Internet do Com4ºDN, no endereço <https://www.marinha.mil.br/com4dn/>, no link “Serviço Militar”.

1.14. O(A) voluntário(a) não poderá acumular qualquer cargo, emprego ou função pública, na administração pública Federal, Estadual e Municipal, ainda que da administração pública indireta, exceto para os profissionais de Saúde com profissões regulamentadas (desde que haja compatibilidade de carga horária), sendo necessário o preenchimento da Declaração de Investidura em Cargo Público para Profissionais de Saúde, com profissões regulamentadas, Apêndice XVII deste Aviso; ou Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público para Profissionais de Saúde, com profissões regulamentadas, Apêndice XVIII deste Aviso; ou Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público para os Profissionais das demais Áreas, Apêndice XIX deste Aviso.

1.15. Não fica assegurado ao (à) voluntário (a) o retorno ao emprego anterior quando do seu licenciamento, haja vista a voluntariedade da prestação do Serviço Militar Voluntário (SMV).

1.16. A critério da Administração Naval e de acordo com a necessidade do serviço as Praças RM2 da especialidade de enfermagem poderão embarcar, em meios navais; os demais, eventualmente, poderão compor comissões específicas nos referidos meios.

1.17. Quaisquer dúvidas ou omissões porventura existentes no presente Aviso deverão ser solicitadas ao Com4ºDN.

2. DAS HABILITAÇÕES PROFISSIONAIS E VAGAS ALOCADAS

2.1. No momento da inscrição, o voluntário deverá optar pela Cidade/Estado onde pretende concorrer à incorporação e só poderá se inscrever para uma única habilitação profissional, dentre aquelas relacionadas às vagas descritas abaixo:

a) Área Industrial:

Para prestação do SMV como Cabo (CB) - vagas destinadas ao ETP:

ESPECIALIDADE	CIDADE/ESTADO	VAGAS
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	Belém/PA	02
TÉCNICO EM METALURGIA	Belém/PA	02

Para prestação do SMV como Marinheiro Especializado (MNE) - vagas destinadas ao EAT:

ESPECIALIDADE	CIDADE/ESTADO	VAGAS
METALURGIA (Soldador)	Belém/PA	01

b) Área de Saúde:

Para prestação do SMV como Cabo (CB) - vagas destinadas ao ETP:

ESPECIALIDADE	CIDADE/ESTADO	VAGAS
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Belém/PA	12
TÉCNICO EM PATOLOGIA CLÍNICA	Belém/PA	01
TÉCNICO EM RADIOLOGIA MÉDICA	Belém/PA	01

c) Área de Apoio:

Para prestação do SMV como Cabo (CB) - vagas destinadas ao ETP:

ESPECIALIDADE	CIDADE/ESTADO	VAGAS
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	Belém/PA	01
PROCESSAMENTO DE DADOS	Belém/PA	02

2.2. No decorrer do Processo Seletivo as vagas poderão sofrer acréscimo e/ou as que não forem preenchidas nas diversas profissões poderão ser remanejadas, a critério da Administração Naval.

3. DAS INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO

3.1. A inscrição é obrigatória para todos os voluntários e deverá ser realizada no período de 5 a 19 de janeiro de 2024 pelo próprio voluntário, via Internet.

3.2. Todas as inscrições serão gerenciadas por intermédio do Com4ºDN, devendo o voluntário acessar o link na página do Com4ºDN a que concorre à incorporação.

3.3. São condições necessárias à inscrição:

a) ser voluntário;

b) ser brasileiro nato ou naturalizado, nos termos do art. 12, inciso I, da CRFB/1988;

c) ter mais de 18 (dezoito) anos e menos de 41 (quarenta e um) anos de idade, até 9 de setembro de 2024, data da incorporação;

d) possuir bons antecedentes de conduta, a ser apurado por meio de averiguação da vida pregressa do voluntário, por meio da Verificação de Dados Biográficos (VDB). Se voluntário militar, membro da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar em atividade, apresentar, na data prevista para entrega de documentos para a realização da Etapa de Verificação de Documentos (VD), conforme previsto no Cronograma de Eventos, Apêndice I deste Aviso, atestado de bons antecedentes de conduta, emitido pela autoridade a quem estiver subordinado, conforme Apêndice II deste Aviso ou modelo constante na página oficial no Com4ºDN na internet;

e) ter concluído ou estar em fase de conclusão do Ensino Fundamental e do Curso de Formação Continuada de Trabalhadores (incluindo os Cursos de Aprendizagem Industrial) relativo à profissão a que concorre, para as vagas destinadas ao EAT;

f) ter concluído ou estar em fase de conclusão do ensino médio e do curso de nível técnico relativo à profissão a que concorre ou ter concluído o nível superior (bacharelado), desde que na mesma área de formação da habilitação profissional para a qual se inscreveu, até a data prevista no Cronograma de Eventos, Apêndice I, deste aviso, comprovado mediante diploma ou certificado/declaração de conclusão, expedido por instituição superior de ensino credenciada, acompanhado do respectivo histórico escolar, para as vagas destinadas ao ETP;

g) estar registrado e regular no órgão fiscalizador da profissão a que concorre, quando existir, até a data da incorporação;

h) os voluntários às vagas destinadas à graduação de MNE, para emprego como motorista de viatura, deverão possuir a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) nas categorias D ou E, bem como não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses até a data prevista no Cronograma de Eventos, Apêndice I deste Aviso, para a VD;

i) estar em dia com suas obrigações eleitorais;

j) estar em dia com suas obrigações militares, conforme determina a legislação do SM;

k) não ser portador de Certificado de Isenção do Serviço Militar devido às suas condições morais, físicas ou mentais;

l) ter, no máximo, seis anos de tempo de Serviço Militar prestado, até a data de sua incorporação;

m) se militar da Ativa ou da Reserva da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, bem como das Forças Auxiliares, ter, no máximo, a graduação de Marinheiro/Soldado Especializado para a realização do EAT e de Cabo para a realização do ETP;

n) não estar na condição de réu em ação penal;

o) não ter sido, nos últimos cinco anos, na forma da legislação vigente:

I. responsabilizado por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo, em processo disciplinar administrativo do qual não caiba mais recurso, contado o prazo a partir da data do cumprimento da sanção; ou

II. condenado em processo criminal com sentença transitada em julgado, contado o prazo a partir da data do cumprimento da pena.

p) militar da Ativa da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ou das Forças Auxiliares, ter bom comportamento;

- q) estar autorizado pela respectiva Força Armada ou Força Auxiliar, em se tratando de militar ou membro da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar em atividade;
- r) atender aos índices mínimos de padrões psicofísicos admissionais, conforme detalhado no Apêndice III deste Aviso;
- s) efetuar o pagamento da taxa de inscrição;
- t) possuir registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- u) possuir documento oficial de identificação original, com assinatura e fotografia na qual possa ser reconhecido, na forma do subitem 5.3;
- v) possuir a Certidão de Antecedentes da Justiça Militar, Certidão da Justiça Federal e Estadual, conforme previsto no item 11 deste Aviso;
- w) não acumular qualquer cargo, emprego ou função pública, na Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, ainda que da Administração Indireta, exceto para os profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, conforme previsto no subitem 1.14 deste Aviso; e
- x) cumprir as demais instruções específicas para o Processo Seletivo.

3.4. O valor da taxa de inscrição é de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).

3.5. Os documentos comprobatórios das condições de inscrição serão exigidos dos voluntários nas datas estabelecidas no Cronograma de Eventos, Apêndice I deste Aviso, para a VD.

3.6. A não apresentação de quaisquer dos documentos comprobatórios das condições de inscrição, nas datas previstas para a VD, implicará na eliminação do voluntário do Processo Seletivo e perda dos direitos decorrentes.

3.7. O número do CPF e do documento oficial de identificação serão exigidos no ato da inscrição. Após efetuada a inscrição, o CPF não poderá ser alterado.

3.8. No caso de declaração de informações inverídicas, além da exclusão do Processo Seletivo, poderão ainda ser aplicadas as sanções correlatas ao crime praticado, na forma da legislação penal em vigor.

3.9. A inscrição no Processo Seletivo implicará aceitação irrestrita, por parte dos voluntários, das condições estabelecidas neste Aviso de Convocação, permitindo que a Marinha do Brasil proceda as investigações necessárias à comprovação do atendimento dos requisitos previstos como inerentes ao cargo pretendido, não cabendo ao voluntário o direito de recurso para obter qualquer compensação pela sua eliminação, pela anulação de sua inscrição ou pelo não aproveitamento por falta de vagas.

4. DAS INSCRIÇÕES PELA INTERNET

4.1. As inscrições serão realizadas na página do Com4ºDN, no endereço eletrônico <https://www.marinha.mil.br/com4dn/>

4.2. As inscrições poderão ser efetivadas somente entre **8h do dia 5 de janeiro de 2024 e 23h59 do dia 19 de janeiro de 2024, horário oficial de Brasília/DF.**

4.3. Acessada a referida página, o voluntário digitará os dados necessários ao processo de cadastramento para o SMV e imprimirá o boleto bancário para pagamento da taxa de inscrição.

4.4. Por ocasião do preenchimento dos dados no formulário de inscrição, o voluntário deverá atentar para sua correta inserção. Ao término do preenchimento é apresentada a página de confirmação de inscrição na qual o voluntário deverá verificar todos os dados inseridos. É de inteira responsabilidade do voluntário o correto preenchimento dos seus dados.

4.5. O pagamento poderá ser efetuado por débito em conta-corrente ou pela apresentação do boleto bancário impresso, em qualquer agência bancária.

4.6. O pagamento deverá ser efetuado, preferencialmente, em bancos credenciados, tais como: Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú e Santander.

4.7. O pagamento da taxa de inscrição será aceito até o **dia 22 de janeiro de 2024, no horário bancário dos diversos Estados do País.**

4.8. As solicitações de inscrição via internet, cujos pagamentos forem efetuados após a data estabelecida no subitem anterior, não serão aceitas.

4.9. Aceita a inscrição, com a comprovação do pagamento da taxa de inscrição, o voluntário será incluído no cadastro de inscritos.

4.10. O voluntário deverá verificar a confirmação de sua inscrição na página do Com4ºDN na Internet, a partir do 5º dia útil subsequente ao pagamento da taxa de inscrição.

4.10.1. Se após a verificação, disposta no subitem anterior, o voluntário constatar a não confirmação do pagamento da inscrição, poderá interpor requerimento até o 20º dia útil subsequente à data limite do pagamento. Após esse período, os requerimentos referentes a não confirmação da inscrição ou ao pagamento da taxa de inscrição não serão aceitos.

4.11. Em caso de erro ou omissão de dados no preenchimento do formulário de inscrição, da não comprovação do pagamento da taxa de inscrição, ou de pagamento da taxa de inscrição fora do prazo estipulado, a inscrição do voluntário não será efetivada, impossibilitando sua participação no Processo Seletivo. Caso o pagamento estiver enquadrado em uma das situações citadas anteriormente, o valor pago não será restituído.

4.12. Caso o pagamento tenha sido efetuado em duplicidade o voluntário poderá interpor requerimento, Apêndice VI deste Aviso, ao Com4ºDN, solicitando a devolução do valor, anexando o comprovante do pagamento em duplicidade.

4.13. O Com4ºDN não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas ou congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

4.14. As inscrições dos voluntários que realizarem o pagamento da taxa de inscrição por meio de agendamento bancário e cuja compensação não ocorrer dentro do prazo previsto para o pagamento, não serão aceitas, e o valor pago da taxa de inscrição não será restituído.

4.15. Em caso de desistência da realização do Processo Seletivo ou falta à realização da prova escrita, inclusive por eventual alteração da data da prova, o valor pago da taxa de inscrição não será restituído.

4.16. Caso o voluntário necessite alterar/atualizar os dados cadastrais (exceto CPF), durante o período de inscrição, poderá fazê-lo diretamente na página do Com4ºDN na Internet.

4.17. Encerrado o período de inscrições, o voluntário que desejar promover a alteração/atualização dos dados cadastrais fornecidos (exceto CPF), deverá interpor requerimento, Apêndice VI deste Aviso, ao Com4ºDN, até 5 (cinco) dias contados a partir do dia da liberação do Comprovante de Inscrição. Após esse período, não serão aceitos pedidos de alteração/atualização.

4.18. O comprovante de inscrição estará disponível na página do Com4ºDN em data a ser divulgada por meio de Comunicado. Nessa ocasião, o voluntário deverá imprimir o comprovante de inscrição, sendo de sua exclusiva responsabilidade a obtenção desse documento, que será exigido nas diversas etapas do Processo Seletivo.

4.19. O voluntário realizará a Prova Escrita Objetiva e demais etapas do Processo Seletivo na área de jurisdição do Com4ºDN onde pretende concorrer à incorporação.

4.20. Em caso de dúvidas no processo de cadastramento para o SMV, o voluntário deverá estabelecer contato com o Com4ºDN.

5. DA IDENTIFICAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS

5.1. O voluntário deverá apresentar, em todas as etapas do Processo Seletivo, o comprovante de inscrição e documento de identificação original, em meio físico, com assinatura e fotografia na qual possa ser reconhecido.

5.2. Por ocasião da realização da Prova Objetiva, bem como dos Eventos Complementares (EVC) do Processo Seletivo, o voluntário que não apresentar um documento de identificação

original, em meio físico, com assinatura e fotografia na qual possa ser reconhecido e dentro da validade, na forma definida no subitem 5.3, ficará impedido de realizar o evento, por impossibilidade de comprovação plena de identificação do voluntário.

5.3. Serão considerados válidos os documentos originais de identidade, em meio físico (não sendo aceito identificação em formato digital), com assinatura e fotografia na qual possa ser reconhecido, emitidos por qualquer órgão oficial de identificação do Território Nacional, tais como: carteiras expedidas pela Marinha do Brasil, pelo Exército e pela Aeronáutica; pelas Secretarias de Segurança Pública, Institutos de Identificação, Polícias e Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos e etc); passaporte; Certificado de Reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, sejam válidas como identidade; Carteira de Trabalho e Carteira Nacional de Habitação (que poderá estar fora da validade, de acordo com o Ofício Circular nº 2/2017/CONTRAN, de 29 de junho de 2017).

5.4. Não será aceita cópia de documento de identificação, ainda que autenticada, nem protocolo de solicitação de renovação de documento.

5.5. Não serão aceitos como documentos de identificação: certidão de nascimento, CPF, título eleitoral, carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

5.6. Caso o voluntário esteja impossibilitado de apresentar, na data da realização da Prova Objetiva, documento de identificação original, na forma definida no subitem 5.3, por motivo de extravio, perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o Registro da Ocorrência, em meio físico ou digital em órgão policial, expedido há, no máximo, 90 (noventa) dias antes da data da prova, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, assinatura, fotografia ou filmagem.

5.7. O voluntário que apresentar a via original do documento oficial de identificação, na forma definida no subitem 5.3, com validade vencida, e/ou com foto que não permita a completa identificação dos seus caracteres essenciais ou de sua assinatura poderá realizar a Prova Objetiva desde que se submeta à identificação especial, compreendendo coleta de dados, assinatura e fotografia ou filmagem.

5.8. Caso o voluntário esteja impossibilitado de apresentar, na data da realização das demais etapas, documento de identificação original, por motivo de extravio, perda, roubo ou furto, deverá se apresentar no local designado munido de documento que ateste o Registro da Ocorrência, em meio físico ou digital em órgão policial expedido há, no máximo, 90 (noventa) dias antes da referida data, para que seja submetido à identificação especial, compreendendo

coleta de dados, assinatura, fotografia ou filmagem. O documento de identificação especial e o documento de registro de ocorrência deverão ser obrigatoriamente apresentados para a realização das demais etapas.

5.9. Os voluntários submetidos à identificação especial, na data da realização da Prova Objetiva ou na data de realização de quaisquer EVC do PS, terão prazo de 30 (trinta) dias para apresentar no Com4ºDN documento oficial de identificação, original, que nessa ocasião, deverá ser confrontado com o arquivo de imagem feito no dia da respectiva identificação especial. A não apresentação do referido documento ensejará na eliminação do voluntário do PS.

6. DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

6.1. Em conformidade com o Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, haverá isenção do valor da taxa de inscrição para o voluntário que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022, e for membro de família de baixa renda, nos termos desse último Decreto.

6.2. O voluntário interessado em solicitar a isenção deverá imprimir, preencher, datar, assinar e entregar, diretamente no Com4ºDN, situado na Praça Carneiro da Rocha, s/n - Cidade Velha, Belém - PA, 66020-150, das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 15h, entre os dias 5 de janeiro de 2024 a 9 de janeiro de 2024, o Requerimento de Solicitação de Isenção de Pagamento de Taxa de Inscrição, cujo modelo está no Apêndice XXII deste Aviso, junto com o comprovante do cadastramento no CadÚnico, que poderá ser adquirido no site www.mds.gov.br/consultacidade. O referido comprovante deverá ter data de emissão posterior ao início das inscrições deste Processo Seletivo.

6.3. Qualquer erro, omissão de dados e/ou rasura que impossibilite a leitura ou omissão das informações solicitadas no Modelo de Requerimento de Solicitação de Isenção de Pagamento de Taxa de Inscrição, acarretará a impossibilidade de atendimento da referida solicitação.

6.4. O voluntário que solicitar a isenção deverá realizar sua inscrição normalmente, de acordo com o Item 4 deste Aviso, não efetuando o pagamento da referida taxa, e aguardar a publicação da Nota Informativa contendo a relação dos deferidos e indeferidos que solicitaram isenção.

6.5. O Com4ºDN não se responsabiliza por documentos postados e não recebidos dentro do prazo.

6.6. O Requerimento de isenção poderá, ainda, ser encaminhado ao Com4ºDN via Carta Registrada, considerada a data final de postagem o dia 9 de janeiro de 2024, conforme o contido no Cronograma de Eventos, Apêndice I, deste Aviso.

- 6.7.** A declaração falsa sujeitará o voluntário às sanções previstas em Lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10, do Decreto nº 83.936/1979.
- 6.8.** A Nota Informativa contendo a relação dos pedidos de isenção deferidos e os respectivos comprovantes de inscrição serão divulgados e disponibilizados, na página do Com4ºDN, na data estabelecida no Cronograma de Eventos, Apêndice I, deste Aviso.
- 6.9.** No caso de indeferimento do Requerimento, caberá Recurso Administrativo, devendo este ser apresentado até o primeiro dia útil subsequente, após a divulgação a relação dos pedidos de isenção deferidos.
- 6.10.** O resultado do Recurso Administrativo será divulgado na página do Com4ºDN na Internet, na data estabelecida no Cronograma de Eventos, Apêndice I deste aviso.
- 6.11.** O voluntário que tiver seu pedido de isenção ou Recurso Administrativo indeferido e que desejar, mesmo assim, participar do Processo Seletivo deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição, dentro do prazo previsto no subitem 4.7.

7. DO PROCESSO SELETIVO

- 7.1.** O processo seletivo será constituído das seguintes Etapas:
- 1ª Etapa: Prova Objetiva (PO) – eliminatória e classificatória;
 - 2ª Etapa: Verificação de Dados Biográficos (VDB) e Verificação Documental (VD) - eliminatória;
 - 3ª Etapa: Inspeção de Saúde (IS) - eliminatória;
 - 4ª Etapa: Teste de Aptidão Física de Ingresso (TAF-i) – eliminatória;
 - 5ª Etapa: Prova de Títulos (PT) – classificatória; e
 - 6ª Etapa: Designação à incorporação.
- 7.2.** Será eliminado do Processo Seletivo o voluntário que deixar de comparecer, no dia e hora determinados, a qualquer das etapas e eventos programados ou, ainda que compareça, deixar de realizá-lo, mesmo que por motivo de força maior ou caso fortuito.
- 7.3.** É de responsabilidade do voluntário inteirar-se das datas, horários e locais de realização das etapas e eventos do Processo Seletivo, devendo para tanto acompanhar as publicações de todos os atos e comunicados referentes a este Processo Seletivo que venham a ser divulgados no sítio eletrônico do Com4ºDN e/ou que venham a ser efetuados no Diário Oficial da União (DOU), tendo como base o Cronograma de Eventos, Apêndice I deste Aviso.
- 7.4.** As etapas correspondentes à PT e à VD ocorrerão no mesmo dia, conforme previsto no Cronograma de Eventos, Apêndice I deste Aviso.
- 7.5.** Os Eventos Complementares de VDB, IS, TAF-i, VD e PT só poderão ser realizados nos locais e datas determinados pelo Distrito Naval no qual o voluntário se inscreveu.

7.6. As despesas relativas a transporte, estadia e alimentação para a realização das Provas e demais eventos complementares serão custeadas pelo voluntário, inclusive quando decorrentes de caso fortuito ainda que, por motivo de força maior, um ou mais eventos programados tenham que ser cancelados ou repetidos.

8. DA PROVA OBJETIVA – Classificatória e eliminatória

8.1. A PO, com caráter eliminatório e classificatório, terá duração de 3 (três) horas e será realizada na área de jurisdição do Com4ºDN , em local a ser divulgado, na data e horário previstos no Cronograma de Eventos, Apêndice I deste Aviso.

8.2. A PO valerá 100 (cem) pontos e abrangerá questões elaboradas de acordo com o programa e bibliografia descritos no Apêndice VII deste Aviso.

8.3. A PO será composta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 5 (cinco) opções de resposta, das quais apenas 1 (uma) será correta, com valor de 2 (dois) pontos cada, e englobará as matérias especificadas a seguir:

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	MATÉRIA	NÚMERO DE QUESTÕES
AC1	Língua Portuguesa	25
AC2	Conhecimentos Específicos da Carreira Militar Naval	25
TOTAL		50

8.4. Serão considerados eliminados na PO os voluntários que:

- a)** Obtiverem nota inferior a 50 (cinquenta), em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem);
- b)** não se classificarem entre as maiores notas até o limite do número correspondente a 3(três) vezes o número de vagas estabelecidas, considerando-se os empates na última posição.

8.5. O voluntário eliminado na forma do subitem anterior deste Aviso de Convocação não terá classificação alguma no Processo Seletivo.

8.6. Visando não ferir o princípio da isonomia, como estabelecido na Constituição Federal, art. 5º, caput, não haverá, sob pretexto algum, segunda chamada para a PO, bem como a aplicação dessas fora do horário, data e local pré-determinados.

8.6.1. O voluntário deverá consultar a página do Com4ºDN na Internet para obter a data, os horários de abertura e fechamento dos portões e de realização da Prova Objetiva e o endereço do local da prova, conforme previsto no Cronograma de Eventos, Apêndice I deste Aviso.

8.6.2. O comprovante de inscrição estará disponível na página do Com4ºDN em data a ser divulgada por meio de Nota Informativa. O voluntário deverá então acessar a página para imprimir o respectivo comprovante de inscrição no qual constarão além de seus dados cadastrais o seu local de prova, a data e horário de abertura e fechamento dos portões.

8.7. O voluntário deverá estar no local de realização da Prova Objetiva com a antecedência necessária observando os horários de abertura e fechamento dos portões de acesso aos locais de realização das provas e de limite para se apresentar na sala, que serão informados na página do Com4ºDN. A PO terá início às 10h30min.

8.7.1. Serão considerados eliminados os voluntários que chegarem ao local de realização da prova após o fechamento dos portões. Ressalta-se que é de inteira responsabilidade do voluntário atentar para estar no local de prova correto constante do seu comprovante de inscrição, cuja atualização deverá ser confirmada mediante consulta ao site do Com4ºDN, na véspera da prova, em função de possíveis mudanças divulgadas no referido site.

8.7.2. Ressalta-se ainda que não será permitida a realização da prova a qualquer voluntário que estiver no local diferente do previsto no comprovante de inscrição.

8.8. O voluntário deverá portar consigo o comprovante de inscrição e um documento oficial de identificação original, dentro da validade, em meio físico, com fotografia no qual possa ser reconhecido, na forma definida no subitem 5.3, caneta esferográfica de tinta **PRETA** (preferencialmente) ou **AZUL**, fabricada em material transparente, lápis e borracha. Sugere-se aos voluntários o porte de caneta reserva.

8.8.1. Após iniciada a prova, não será permitido empréstimo de material.

8.9. Não será permitido, durante a realização das provas, o porte e/ou o uso de livros, manuais impressos, anotações ou quaisquer dispositivos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras (exceto quando permitido), agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, *smartphones*, *tablets*, *ipods*, gravadores, *pen drives*, mp3 ou similar, relógios não analógicos, *smartwatch*, alarmes de qualquer espécie, ou qualquer transmissor, gravador ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens, bem como mochilas, ou volumes similares, exceto o material suplementar, que poderá ser permitido para a realização da prova escrita de determinadas profissões, a ser divulgado. É vedado também o uso de óculos escuros, de fones, de protetores auriculares ou de quaisquer acessórios de chapelaria tais como chapéu, boné ou gorro.

8.10. É garantida a liberdade religiosa dos voluntários inscritos no Processo Seletivo. Todavia, em razão dos procedimentos de segurança previstos neste Aviso de Convocação, previamente ao início da prova, àqueles que trajarem vestimentas que restrinjam a visualização das orelhas ou da parte superior da cabeça serão solicitado que se dirijam a local a ser indicado pela

Coordenação do Processo Seletivo, no qual, com a devida reserva, passarão por procedimento de vistoria por fiscais, de modo a respeitar a intimidade do examinando e garantir a necessária segurança na aplicação das provas, sendo o fato registrado em Ata de Provas.

8.10.1. Por medida de segurança, os voluntários deverão deixar as orelhas totalmente descobertas, à observação dos Fiscais e da Coordenação do Processo Seletivo, durante a realização da prova.

8.11. O Com4ºDN não se responsabiliza por pertences esquecidos ou perdidos pelos voluntários, bem como aqueles que foram extraviados ou danificados.

8.12. Nos recintos de prova, serão lidas as instruções gerais ao voluntário. Após a leitura, o voluntário deverá preencher os campos: nome, assinatura e no número de inscrição no Cartão-Resposta.

8.12.1. Somente será autorizada a troca do Cartão-Resposta, nesta ocasião, por motivo de rasura nos campos acima descritos. No caso do erro de marcação ocorrido após iniciada a Prova Objetiva, o Cartão-Resposta não poderá ser substituído.

8.12.2. Para a apuração do resultado da Prova Objetiva, será utilizado um sistema de leitura de cartões. Logo, o voluntário deverá atentar para o correto preenchimento do Cartão-Resposta, instruções na contra capa da prova. Os prejuízos decorrentes de marcações incorretas no Cartão-Resposta serão de inteira e exclusiva responsabilidade do voluntário. O voluntário deverá usar caneta esferográfica com tinta de cor preta (preferencialmente) ou azul. O voluntário que preencher o Cartão-Resposta a lápis será eliminado do certame.

8.12.3. O voluntário não deve amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu Cartão-Resposta, sob pena de ser prejudicado pela impossibilidade de identificação pela leitora óptica das marcações e por conseguinte, prejudicado na pontuação obtida.

8.12.4. Visando à garantia do sigilo da prova, o tempo mínimo de permanência dos voluntários no recinto de aplicação de provas é de 50% (cinquenta por cento) do tempo total destinado à realização das provas.

8.12.5. Os voluntários deverão ter plena atenção aos procedimentos conduzidos bem como as orientações disseminadas pelos respectivos fiscais de prova. Deve ser dada especial atenção ao aviso de início da prova. Qualquer voluntário que for flagrado pelo fiscal, claramente iniciando a prova antes do aviso de início da prova será sumariamente eliminado. Tal fato será devidamente registrado em Ata com a assinatura de duas testemunhas devendo o voluntário se retirar do local da prova, permanecer na área circunscrita à sua realização pelo menos 50% (cinquenta por cento) do tempo concedido para a prova, para garantir o sigilo conforme

previsto no subitem anterior, sem fazer uso de qualquer aparelho eletrônico de acordo com o subitem 8.9.

8.13. Iniciadas as provas, não haverá mais esclarecimentos. O voluntário somente poderá deixar seu lugar, devidamente autorizado pelo Supervisor/Fiscal, para se retirar definitivamente do recinto de prova ou, nos casos abaixo especificados, devidamente acompanhado por militar designado para esse fim:

- a) atendimento médico por pessoal designado pela Marinha do Brasil;
- b) utilização de banheiro; e
- c) casos de força maior, comprovados pela supervisão do Processo Seletivo, sem que aconteça saída da área circunscrita à realização da prova.

8.14. Em nenhum dos casos haverá prorrogação do tempo destinado à realização das provas e, em caso de retirada definitiva do recinto de prova, esta será corrigida até onde foi solucionada.

8.15. Os voluntários militares deverão preferencialmente realizar a prova em trajes civis, no entanto, deverão portar a identidade militar de suas respectivas Forças.

8.16. Não será autorizada a entrada de voluntários em trajes de banho e sem camisa nos locais de realização de prova ou etapas complementares.

8.17. Ao término do tempo concedido para a realização da prova, o voluntário interromperá a resolução no ponto em que estiver, reunirá seus pertences, levantar-se-á e, ordenadamente, deixará o recinto de prova, entregando o Cartão-Resposta ao Fiscal. No ato da entrega do Cartão-Resposta, o voluntário deverá rubricar a lista de assinaturas confirmando a entrega. **O voluntário que não rubricar a lista, atestando a entrega do Cartão-Resposta será eliminado do Processo Seletivo.**

8.17.1. Será autorizado ao voluntário levar a prova ao final do tempo previsto de realização do Processo Seletivo, às 13h30min (horário de Brasília/DF). Ressalta-se que o Caderno de Provas levado pelo voluntário é de preenchimento facultativo, e não será válido para fins de recurso ou avaliação.

8.17.2. Será disponibilizado, na contracapa da prova, um modelo de gabarito para que o voluntário preencha para posterior conferência. O voluntário que terminar a prova antes do tempo concedido não poderá levar a prova, mas caso queira levar o “modelo de gabarito”, somente poderá destacá-lo na presença do Fiscal. Caso o gabarito seja destacado sem a presença do Fiscal, o voluntário será eliminado.

8.17.3. As provas objetivas serão disponibilizadas na página do Com4ºDN, na Internet, tão logo sejam divulgados os respectivos gabaritos.

- 8.18.** Visando manter a lisura do Processo Seletivo, os 3 (três) últimos voluntários remanescentes deverão, obrigatoriamente, deixar o recinto de prova ao mesmo tempo.
- 8.19.** Será eliminado sumariamente do Processo Seletivo e a prova não será levada em consideração, o voluntário que:
- a)** iniciar a prova antes do aviso de início pelo fiscal;
 - b)** der ou receber auxílio para a execução de qualquer prova;
 - c)** utilizar-se de qualquer material não autorizado;
 - d)** desrespeitar qualquer prescrição relativa à execução das provas;
 - e)** escrever o nome ou introduzir marcas identificadoras em outro lugar que não para esse fim;
 - f)** prosseguir na resolução da prova após o término do tempo concedido para sua realização;
 - g)** ausentar-se da sala/setor de provas com o Caderno de Provas, antes do término do tempo previsto de realização do Processo Seletivo, às 13h30min (**horário de Brasília/DF**), ou ausentar-se da sala/setor de provas, a qualquer momento, com o Cartão-Resposta;
 - h)** contrariar determinação da Comissão Fiscalizadora ou perturbar, de qualquer modo, a ordem no local de aplicação das provas. De acordo com a gravidade do fato, o voluntário poderá vir a ser autuado na forma de Lei;
 - i)** cometer ato grave de indisciplina; ou
 - j)** comparecer ao local de realização das provas após o horário previsto.
- 8.20.** Poderá haver revista pessoal por meio da utilização de detector de metais em qualquer momento após o voluntário adentrar o local de prova, incluindo a entrada dos banheiros.
- 8.21.** Não será permitida a entrada nos locais de realização da Prova e EVC de voluntários portando armas de qualquer espécie, mesmo em se tratando de militar e/ou civil, em efetivo serviço ou com autorização de porte de arma.
- 8.22.** Caso seja observado durante a realização da prova, voluntário portando arma de qualquer espécie, será solicitada a sua retirada do recinto e este estará, automaticamente, eliminado do Processo Seletivo.
- 8.23.** O acesso aos locais de aplicação da Prova e EVC será permitido somente aos voluntários aptos para sua realização, não sendo autorizada a entrada de acompanhantes.
- 8.24.** Não haverá apoio destinado a acompanhante de voluntário.

9. DOS RECURSOS DA PROVA OBJETIVA (PO) E DA PROVA DE TÍTULOS (PT), VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL (VD) E VERIFICAÇÃO DE DADOS BIOGRÁFICOS (VDB)

9.1. O voluntário que desejar poderá interpor recurso contra as questões da PO, em face de erros ou omissões nos gabaritos divulgados dessa prova; e contra o resultado da PT, VDB e VD.

9.2. O voluntário disporá do prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao da divulgação dos gabaritos da PO e das notas da PT, na página do Com4ºDN, para apresentar recurso.

9.3. Os recursos deverão ser entregues, dentro do prazo estipulado no item 9.2, devidamente assinados pelos voluntários, diretamente no Com4ºDN.

9.4. Os recursos deverão ser:

a) redigidos de acordo com os modelos contidos nos Apêndices VIII e IX deste Aviso, para a PO e PT, respectivamente, devidamente fundamentados e incluindo bibliografia pesquisada. Deverão conter todos os dados que informem a identidade do requerente, seu número de inscrição, endereço completo e assinatura;

b) se manuscritos, redigidos em letra legível com caneta esferográfica azul ou preta;

c) apresentados com argumentação lógica e consistente, indicando o Processo Seletivo, prova (profissão e cor), número da questão, a resposta marcada pelo voluntário e a divulgada pelo gabarito e a sua finalidade;

d) um para cada questão; e

e) entregue pessoalmente ao Com4ºDN, observado o prazo estabelecido nos subitens 9.2 e 9.5.

9.5. O voluntário que não for aprovado na VDB e/ou VD será comunicado pelo Com4ºDN e disporá de 3 (três) dias úteis, para apresentar o seu recurso de acordo com os modelos dos Apêndices X e XI, respectivamente.

9.6. Não serão apreciados os recursos que forem apresentados:

a) em desacordo com as especificações contidas neste Aviso de Convocação;

b) fora do prazo estabelecido;

c) sem fundamentação lógica e consistente;

d) contra terceiros;

e) em coletivo; e

f) com teor que desrespeite a banca examinadora.

9.7. O resultado dos recursos contra questões da prova escrita, contra erros ou omissões no gabarito da PO será dado a conhecer coletivamente pela alteração ou não do

gabarito/resultado, em caráter irrecorrível na esfera administrativa, por meio de divulgação na página da internet do Com4ºDN .

9.8. Quando, decorrente de exame dos recursos, resultar a anulação de questões, os pontos correspondentes a essas questões serão atribuídos a todos os voluntários, independentemente de os terem requerido.

9.9. Em caso de deferimento de recurso interposto, poderá ocorrer alteração da classificação inicial obtida pelo voluntário.

9.10. Em nenhuma hipótese, será aceita revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de gabarito final.

9.11. A banca examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

9.12. O prazo para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os voluntários. O voluntário que não interpuser recurso dentro do prazo e nos moldes estabelecidos neste Aviso de Convocação perderá o direito de manifestar-se posteriormente.

10. DA VERIFICAÇÃO DE DADOS BIOGRÁFICOS (VDB) – Eliminatória

10.1. A VDB terá como propósito verificar se o voluntário preenche os requisitos de bons antecedentes de conduta para ingresso na Marinha do Brasil, observado o art. 11 da Lei nº 6880/1980 (Estatuto dos Militares), por meio de consultas às Secretarias de Segurança Pública Estaduais, às Superintendências Regionais do Departamento de Polícia Federal, dentre outros órgãos.

10.2. Durante todo o processo do Processo Seletivo, o voluntário poderá vir a ser eliminado se deixar de atender o disposto no subitem 10.1.

11. DA VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL (VD) – Eliminatória

11.1. No período estabelecido no Cronograma de Eventos (Apêndice I, deste Aviso), os voluntários deverão entregar nos locais indicados pelo Com4ºDN , mediante apresentação de documento oficial de identidade com fotografia, a Ficha de VD (Apêndice XIII, deste Aviso), preenchida, datada e assinada pelo voluntário, perante o militar/servidor civil a quem deva ser apresentada, acompanhada das fotocópias devidamente encadernadas, numeradas (Ex.: 01/20; 02/20; 03/20; ...) e rubricadas pelo voluntário, sendo de inteira responsabilidade do voluntário a entrega correta ou não. Os documentos originais têm a finalidade de comprovar a validade da cópia simples apresentada, a qual deverá ser devidamente autenticada pelo militar/civil responsável pelo recebimento dos documentos. Caso os documentos apresentados não sejam cópias autenticadas ou acompanhados dos respectivos documentos originais para o devido

cotejo, estes não serão recebidos. Todo documento original será restituído imediatamente ao voluntário. Serão exigidos para verificação os seguintes documentos:

- a) Documento oficial de identificação original, dentro da validade, com assinatura e fotografia na qual possa ser reconhecido, na forma definida no subitem 5.3 deste Aviso;
- b) comprovante de inscrição;
- c) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF (podendo constar no documento oficial de identificação);
- d) certidão de nascimento ou casamento;
- e) certidão de reservista ou prova de quitação com o Serviço Militar devidamente reconhecido pela respectiva autoridade competente do Serviço Militar;
- f) comprovante de residência;
- g) folha de alterações da Caderneta Registro/Assentamentos para militares da ativa e reserva;
- h) certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral, no máximo, há 30 dias da data de entrega dos documentos;
- i) diploma de curso técnico ou habilitação profissional, para aqueles que concorrerem ao ETP ou EAT, respectivamente, com validade nacional ou declaração dos referidos cursos, contendo a data de conclusão, acompanhada de histórico escolar, emitido por instituição de ensino oficialmente reconhecida pelo MEC. Para o voluntário que possua o nível superior (bacharelado), diploma ou certificado/declaração de conclusão de nível superior, desde que na mesma área de formação da habilitação profissional para a qual se inscreveu, expedido por instituição superior de ensino credenciada, acompanhado do respectivo histórico escolar a fim de que sejam avaliados pela organização militar competente se a formação superior possui abrangência suficiente para abarcar todos os conhecimentos exigíveis para a vaga de nível técnico prevista no Aviso de Convocação. Caso o voluntário não apresente, deverá ser entregue a declaração constante do Apêndice IV deste Aviso, por ocasião da VD, no período previsto no Cronograma de Eventos do Apêndice I, e apresentar o Diploma ou Certificado/Declaração de conclusão e o respectivo Histórico Escolar na data da incorporação;
- j) cumpre esclarecer que, em cumprimento à sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 1012153-72.2017.4.01.3400, em curso na 8ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, a aceitação do diploma de nível superior, mencionada na alínea anterior, não habilita o ingresso do voluntário no Corpo de Oficiais da Reserva da Marinha (CORM), prestando-se apenas ao ingresso no Corpo de Praças da Reserva da Marinha (CPRM), Processo Seletivo do qual o voluntário participou;

k) registro profissional expedido pelo órgão fiscalizador da profissão, quando profissão for regulamentada por órgão ou conselho de classe fiscalizador da profissão. Caso o voluntário não apresente, deverá preencher a declaração constante no Apêndice V deste Aviso, por ocasião da VD, no período previsto no Cronograma de Eventos do Apêndice I e apresentar o comprovante de registro profissional na data da incorporação;

l) carteira Nacional de Habilitação (CNH) nas categorias D ou E, para os voluntários às vagas destinadas à graduação de MNE a serem empregados como motorista de viaturas administrativas;

m) consulta de pontuação no site do Departamento de Trânsito (DETRAN) da área do Com4ºDN a qual o voluntário concorre, referente aos últimos doze meses antes da data de início do período de entrega, prevista no Cronograma de Eventos do Apêndice I, para os voluntários às vagas destinadas à graduação de MNE a serem empregados como motorista de viaturas administrativas. O voluntário não poderá ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

n) declaração de Voluntariado e Compromisso para Prestação de SMV, Apêndice XIV deste Aviso, preenchida e assinada, cujo conteúdo atesta, de modo inequívoco, que estão de acordo com a designação para as OM de destino, independentemente do local de seu domicílio;

o) declaração de Tempo de Serviço Anterior como Militar nas Forças Armadas, Apêndice XV deste Aviso;

p) certidão de Antecedentes da Justiça Militar da União (<https://www.stm.jus.br/>);

q) certidão da Justiça Federal (site da Justiça Federal da Região que reside o voluntário);

r) certidão da Justiça Estadual (*site* do Tribunal de Justiça do Estado a que pertence o voluntário). Os voluntários do Rio de Janeiro que tem carteira de identidade emitida pelo DETRAN ou Instituto Félix Pacheco (IFP) deverão acessar o link <http://atestadodic.detrان.rj.gov.br/> e imprimir a referida Certidão. Na área Rio, os que não tiverem carteira de identidade emitidas pelos órgãos acima especificados deverão comparecer à Central de Certidões, localizada na Av. Almirante Barroso, nº 90, 2º andar, Centro – RJ;

s) atestado de Bons Antecedentes de Conduta, Apêndice II deste Aviso;

t) declaração de Investidura em Cargo Público para Profissionais de Saúde, com profissões regulamentadas, Apêndice XVII deste Aviso;

u) declaração Negativa de Investidura em Cargo Público para Profissionais de Saúde, com profissões regulamentadas, Apêndice XVIII deste Aviso; e

v) declaração Negativa de Investidura em Cargo Público para Profissionais das demais áreas, Apêndice XIX deste Aviso.

11.1.1. Por ocasião da VD, será verificado se o voluntário preenche todos os requisitos exigidos no subitem 3.3.

11.1.2. A entrega dos documentos não garante a aprovação na VD, pois essa documentação ainda será avaliada por Comissão designada especialmente para esse fim, que emitirá parecer aprovando ou não o voluntário nessa etapa.

11.2 A não apresentação de qualquer documento exigido, bem como qualquer rasura ou outra irregularidade constatada nos documentos entregues, implicará eliminação do voluntário do Processo Seletivo.

11.3. No caso de apresentação de documentos falsos, serão ainda aplicadas as sanções previstas na legislação vigente.

11.3.1. O resultado preliminar da VD estará disponível na página do Com4ºDN , de acordo com o contido no Cronograma de Eventos, constante do Apêndice I.

11.4. Serão desconsiderados os documentos ilegíveis, que impossibilitem a leitura de seu conteúdo, assim como protocolos.

11.5. A voluntária do sexo feminino deverá entregar a declaração contida no Apêndice XVI deste Aviso, de não estar grávida desde a etapa da VD até o fim da 1ª fase do EAT/ETP, em face dos riscos decorrentes das atividades militares desenvolvidas na referida fase.

11.6. Não serão recebidos documentos fora do período estipulado no Aviso.

11.7. A entrega dos documentos poderá ser realizada por terceiros desde que anexada aos documentos entregues procuração específica.

12. DA INSPEÇÃO DE SAÚDE (IS) – Eliminatória

12.1. A IS, que terá caráter eliminatório, é a perícia médica da seleção inicial, a qual visa verificar se os voluntários preenchem os critérios e padrões médicos de aptidão para o exercício das atividades técnico-militares necessárias à Marinha do Brasil. As IS para ingresso são de competência da Junta Regular de Saúde (JRS).

12.2. A IS será realizada nas áreas dos Com4ºDN de acordo com exames e procedimentos médico periciais específicos, observando-se as condições incapacitantes e os índices mínimos exigidos descritos no Apêndice III deste Aviso, no período previsto no Cronograma de Eventos do Apêndice I, conforme programação elaborada e anunciada pelos Com4ºDN (dia, horário e local). O voluntário terá uma tolerância de atraso de até 15 (quinze) minutos.

12.2.1. Independente da data para a qual o voluntário esteja agendado, ele deverá ficar a disposição da Junta de Saúde (JS), durante todo o período previsto para a realização da IS.

12.3. Serão convocados para a IS os voluntários não eliminados na forma do subitem 8.4 deste Aviso.

12.4. Os voluntários convocados deverão comparecer ao local e horário previsto para a IS, indicado pelo Com4ºDN, com a antecedência necessária, observando repouso auditivo de 14 horas, portando o comprovante de inscrição e documento oficial de identificação, original e dentro da validade, em meio físico, com assinatura e fotografia na qual possa ser reconhecido, na forma definida no subitem 5.3, caneta esferográfica azul ou preta, prancheta, a ficha de Anamnese Dirigida preenchida, sem rasuras, datada e assinada, constante no Apêndice XX deste Aviso. Os homens deverão portar calção de banho e as mulheres biquíni. **Salienta-se que o voluntário na ocasião do comparecimento para IS não necessita estar em jejum.** Em oportuno, o voluntário não poderá fazer uso de aparelho celular enquanto no local da IS.

12.5. O voluntário terá que apresentar no 1º dia agendado para realização da IS, obrigatoriamente, os exames médicos complementares relacionados no item 3 do Apêndice III deste Aviso, cuja realização é de sua inteira responsabilidade. A JS poderá solicitar ao voluntário qualquer outro exame que julgar necessário. A não apresentação de qualquer dos exames relacionados no respectivo Aviso, na data inicial de comparecimento à Junta de Saúde (JS) ou no prazo estabelecido por esta, implicará o cancelamento da IS. Tal situação também se aplica à não apresentação de resultados de outros Pareceres/Exames, eventualmente solicitados pela Junta de Saúde. Não cabe recurso de IS não apreciada por insuficiência de documentação médica ou por não comparecimento.

12.5.1. A MB não possui nenhum vínculo ou convênio com empresas ou médicos para realização dos exames para a IS.

12.6. O voluntário poderá ser eliminado caso haja a observância de qualquer fato novo médico pericial, surgido durante o processo seletivo ou por ocasião da incorporação do voluntário até o final do Período de Adaptação, o que implica solicitação, pela OM que tomou conhecimento de tal fato, de autorização junto ao órgão responsável pelo Processo Seletivo, para IS em grau de Revisão da IS de Ingresso, por surgimento de “Fato Novo” médico pericial. Para os voluntários considerados “Inaptos” nas IS para Ingresso, que estejam cursando por força de decisão liminar, sem trânsito em julgado, não cabem IS pós-admissionais, sem prejuízo das providências administrativas julgadas cabíveis pelas Autoridades competentes.

12.7. Todas as etapas do processo pericial são presenciais. Os voluntários que não comparecerem à Junta de Saúde na data marcada para IS na divulgação do resultado de sua IS, bem como em qualquer outra fase do processo pericial, serão considerados desistente e suas IS não serão apreciadas por falta de comparecimento.

12.8. Os voluntários considerados inaptos para ingresso na IS poderão requerer, junto à autoridade competente, nova inspeção, em grau de Recurso, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da divulgação do laudo pela Junta Regular de Saúde/Centro de Perícias Médicas da Marinha, mediante requerimento constante no Apêndice VI deste Aviso.

12.9. Tão logo os requerimentos de Recurso sejam deferidos, a autoridade competente solicitará à OM sede da JSD a realização da IS em grau de Recurso, cujo prazo para avaliação, em face da eventual necessidade de Exames/Pareceres Especializados poderá variar, devendo ser de, no mínimo, dez dias úteis.

12.10. Os voluntários que obtiverem deferimento de seus recursos deverão comparecer à JSD no prazo máximo de um dia útil a contar do conhecimento do deferimento a fim de agendar suas IS, exceto nos casos em que tenha havido agendamento prévio pela Junta Recursal. Aqueles que não comparecerem dentro do prazo ou na data e hora marcadas para realização de IS em grau de Recurso serão considerados desistentes.

12.11. A voluntária gestante ou com filho nascido há menos de 6 (seis) meses não poderá realizar o TAF-i, sendo eliminada do Processo Seletivo.

12.12. Aos militares da Ativa ou da Reserva da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, bem como das Forças Auxiliares, assim como aos voluntários oriundos do meio civil, serão aplicados os índices mínimos exigidos e observadas as condições de inaptidão para ingresso no SAM, previstas no Apêndice III deste Aviso.

12.13. A IS para ingresso não tem por objetivo a investigação clínica complementar, ficando a critério da JS a decisão quanto à solicitação de outros exames além daqueles obrigatórios previstos no apêndice III deste Aviso, dentro do prazo estabelecido pela autoridade responsável pelo processo seletivo.

13. DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA DE INGRESSO (TAF-i) (Eliminatório)

13.1. O TAF-i, que terá caráter eliminatório, tem como propósito aferir se a aptidão física do voluntário preenche os padrões físicos exigidos para a prestação do SMV na MB e será realizado de acordo com os subitens abaixo, no período previsto no Cronograma de Eventos, Apêndice I, deste Aviso.

13.2. Apenas o voluntário possuidor de Atestado Médico, conforme subitem 13.10, deste Aviso, realizará o TAF-i, A não apresentação deste, no dia da realização do TAF-i, implicará em eliminação.

13.3. O TAF-i constituído das seguintes provas:

a) natação; e

b) corrida.

13.4. O voluntário será submetido ao TAF-i em 2 (dois) dias não consecutivos.

13.5. Para ser aprovado no TAF-i, o voluntário deverá:

a) Nadar o percurso de 25 (vinte e cinco) metros no tempo máximo de 50 (cinquenta) segundos, para o sexo masculino e 1 (um) minuto, para o sexo feminino, levando em consideração as seguintes observações:

- A saída poderá ocorrer de fora da piscina (borda ou bloco de partida) ou de dentro da piscina, a critério do voluntário;

- Quando a piscina possuir menos de 25 metros de comprimento, não será permitido o contato com a borda oposta, por período de tempo superior a 3 (três) segundos, por ocasião da virada; e

- O voluntário deverá utilizar apenas os recursos inerentes ao seu próprio corpo, não sendo permitido nenhum apoio no fundo, na borda lateral e/ou raiamento da piscina.

b) correr o percurso de 2400 (dois mil e quatrocentos) metros no tempo máximo de 16 (dezesesseis) minutos, para o sexo masculino e 17 (dezessete) minutos, para o sexo feminino. A corrida poderá ser realizada em pista oficial de atletismo ou em qualquer percurso plano previamente demarcado.

13.6. Para a voluntária gestante ou com filho nascido há menos de 6 (seis) meses, observar o subitem 12.11.

13.7. Caso, após a realização, o voluntário seja reprovado em uma ou em ambas as provas, ser-lhe-á concedida uma última tentativa, em dia a ser determinado pela Comissão de Avaliação, após a aplicação do TAF-i em todos os voluntários. As datas da última tentativa não deverão ultrapassar o último dia do período para o TAF-i, previsto no Cronograma de Eventos, Apêndice I deste Aviso.

13.8. O resultado do TAF-i será informado ao voluntário pela Comissão de Avaliação, logo após sua conclusão, no próprio local de realização, ocasião em que, cada voluntário deverá assinar a ficha que contém os resultados por ele obtidos.

13.9. Além do comprovante de inscrição e do documento oficial de identificação, original e dentro da validade, com assinatura e fotografia (na qual possa ser reconhecido), na forma

definida no subitem 5.3, o voluntário deverá levar tênis, calção, camiseta para ginástica, sunga de banho ou maiô para a natação e o comprovante de apto da IS.

13.10. O voluntário somente realizará o TAF-i, mediante apresentação de Atestado Médico, nos moldes do modelo constante no Apêndice XXI, deste Aviso, preenchido de maneira legível e devidamente assinado por um médico, com identificação do CRM, emitido há, no máximo, 30 (trinta) dias antes da aplicação do teste. O atestado deverá comprovar que o voluntário se encontra apto para realizar o TAF-i, discriminando as modalidades a serem realizadas e tal documento deverá ser submetido ao médico pertencente à Comissão de Avaliação, para verificação da conformidade.

13.11. O médico pertencente à Comissão de Avaliação, presente no local de aplicação do TAF-i, poderá impedir de realizar ou retirar do TAF-i, a qualquer momento, o voluntário que apresentar qualquer condição de risco à própria saúde.

14. DA PROVA DE TÍTULOS (PT) – Classificatória

14.1. A PT terá caráter classificatório e corresponderá ao total de 100 pontos, que serão somados à pontuação obtida na PO.

14.2. DA ENTREGA DOS TÍTULOS

14.2.1. Os voluntários aprovados na PO e não eliminados na forma do subitem 8.4, deverão apresentar, conforme Apêndice XII deste Aviso, os documentos comprobatórios dos títulos, no período constante no Cronograma de Eventos, Apêndice I deste Aviso.

14.2.2. A avaliação dos títulos será realizada pela Comissão Examinadora composta de Oficiais e/ou Servidores Cíveis assemelhados indicados e designada por meio de Portaria do Com4ºDN.

14.2.3. No ato da entrega dos documentos comprobatórios dos títulos, o voluntário deverá apresentá-los encadernados, numerados (Ex.: 01/20, 02/20, 03/20...) e rubricados. Deverá ainda preencher e assinar o Recibo de Documentos Comprobatórios, Apêndice XII deste Aviso, no qual relacionará os títulos apresentados.

14.2.4. Por ocasião da entrega dos títulos, o voluntário terá de apresentar o diploma de graduação na área para qual está concorrendo. A apresentação do diploma de graduação tem a finalidade de possibilitar a verificação da correlação entre a graduação e as titulações apresentadas.

14.2.5. Deverão ser apresentadas cópias xerográficas de cada título declarado, autenticadas em cartório, ou as fotocópias dos documentos originais poderão ser autenticadas, por militar designado pelo Com4ºDN, se apresentadas, no ato da entrega de títulos, a documentação original, a qual será restituída ao voluntário imediatamente. A entrega dos

títulos não garante a obtenção de pontuação, pois os títulos ainda serão avaliados por Comissão Examinadora designada especialmente para esse fim, que deliberará sobre a pontuação a ser atribuída.

14.2.6. Serão de inteira responsabilidade do voluntário as informações prestadas no ato de entrega dos títulos, o conteúdo das informações nele contidas, bem como a entrega dos mesmos no período previsto no Cronograma de Eventos, Apêndice I deste Aviso.

14.2.7. Qualquer irregularidade constatada nos documentos entregues implicará atribuição de nota 0 (zero) ao Título apresentado.

14.2.8. No caso de apresentação de documentos falsos, o voluntário será eliminado do Processo Seletivo, sendo ainda possíveis de serem aplicadas as sanções penais previstas na legislação vigente.

14.2.9. Não serão computados como títulos os comprovantes de cursos que se constituem em pré-requisito para inscrição no Processo Seletivo e posterior incorporação.

14.2.10. Cada título será considerado uma única vez. Independentemente do número de Títulos apresentados, atinentes a cada item do Quadro de Atribuição de Pontos, os pontos atribuídos não excederão o valor de pontos discriminados em cada item.

14.2.11. Após a entrega da respectiva documentação referente à PT, não será recebida documentação em data ou momento posterior.

14.2.12. Todos os cursos previstos para pontuação na avaliação de títulos deverão estar concluídos até a data prevista para a realização da PT.

14.3. DA PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS

14.3.1. Serão aceitos os documentos abaixo relacionados, apresentados impreterivelmente até o último dia para a entrega dos documentos comprobatórios para a PT, constante no Cronograma de Eventos, Apêndice I deste Aviso, observados os limites dos Quadros de Atribuição de Pontos para a Avaliação de Títulos a seguir:

I) Para as vagas destinadas ao EAT:

ALÍNEA	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
a)	Certificado ou declaração de conclusão de curso de qualificação profissional na área da profissão a que concorre, acompanhado de histórico escolar, emitido por instituição de ensino oficialmente reconhecida pelo MEC, com duração igual ou superior a 240 horas, com 21 pontos por certificado ou declaração, até o limite de 2 (dois) documentos.	42

b)	Certificado ou declaração de conclusão de curso de qualificação profissional na área da profissão a que concorre, acompanhado de histórico escolar, emitido por instituição de ensino oficialmente reconhecida pelo MEC, com duração igual ou superior a 160 horas e inferior a 240 horas, com 10 pontos por certificado ou declaração, até o limite de 3 (três) documentos.	30
c)	Exercício de atividade profissional na área a que concorre, na Administração Pública ou na Iniciativa Privada, em empregos/ cargos na profissão a que concorre com 6 (seis) pontos por ano, até o total de 4 (quatro) anos, sem sobreposição de tempos.	24
d)	Certificado/Diploma, dentro da validade, de exames de proficiência nos idiomas inglês, espanhol, francês ou alemão a partir do nível intermediário: Cambridge English Preliminary (PET), Cambridge English First (FCE), Cambridge English Advanced (CAE), Cambridge English Proficiency (CPE), IELTS (pontuação mínima 4), TOEFL iBT (pontuação mínima 60), TOEIC (pontuação mínima 550), Michigan ECCE, Michigan ECPE, DELE (B1, B2, C1,C2), DELF (B1, B2), DALF (C1,C2), TestDaF, Goethe-Zertifikat (B1, B2, C1, C2) ou BULATS (B1, B2, C1, C2), com 1 (um) ponto por certificado/ diploma, devendo estes, necessariamente, atestar proficiência em idiomas distintos, até o limite de 4 (quatro) certificados/diplomas de exames de proficiência.	04
TOTAL		100

II) Para as vagas destinadas ao ETP:

a) Vagas de Processamento de Dados – Infraestrutura:

INFRAESTRUTURA		
ALÍNEA	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
a)	Exercício de atividade profissional de nível médio na Administração Pública ou na Iniciativa Privada, em empregos/cargos na área a que concorre com 7 (sete) pontos por ano, até o total de 8 (oito) anos, sem sobreposição de tempos.	56

b)	Certificações em Tecnologia de Informação, contando 6 (seis) pontos cada, até o total de 24 pontos, que poderão ser emitidos pelos respectivos fabricantes, nas áreas de Cabeamento Estruturado, Linux, Windows, Java, Banco de Dados, CISCO, ITIL ou CISSP.	24
c)	Certificado de realização de Curso em Sistema Operacional Linux com carga horária mínima de 80 (oitenta) horas, com 10 (dez) pontos por certificado, devendo estes, necessariamente, serem distintos e terem sido emitidos até 4 (quatro) anos antes de sua apresentação, até o limite de 2 (dois) certificados.	20
TOTAL		100

b) – Vagas de Processamento de Dados – Segurança das Informações Digitais:

SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES DIGITAIS		
ALÍNEA	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
a)	Exercício de atividade profissional de nível médio na Administração Pública ou na Iniciativa Privada, em empregos/cargos na área a que concorre com 7 (sete) pontos por ano, até o total de 8 (oito) anos, sem sobreposição de tempos.	56
b)	Certificações em Tecnologia de Informação, contando 6 (seis) pontos cada, até o total de 24 pontos, que poderão ser emitidos pelos respectivos fabricantes, nas áreas de Cabeamento Estruturado, Linux, Windows, Java, Banco de Dados, CISCO, ITIL ou CISSP.	24
c)	Certificado de realização de Cursos em Segurança de Redes com carga horária mínima de 20 (vinte) horas, com 10 (dez) pontos por certificado, devendo estes, necessariamente, serem distintos e terem sido emitidos até 4 (quatro) anos antes de sua apresentação, até o limite de 2 (dois) certificados.	20
TOTAL		100

c) Vagas de Processamento de Dados – Desenvolvimento de Sistemas

SISTEMAS		
ALÍNEA	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
a)	Exercício de atividade profissional de nível médio na Administração Pública ou na Iniciativa Privada, em empregos/cargos na área a que concorre com 7 (sete) pontos por ano, até o total de 8 (oito) anos, sem sobreposição de tempos.	56
b)	Certificações em Tecnologia de Informação, contando 6 (seis) pontos cada, até o total de 24 pontos, que poderão ser emitidos pelos respectivos fabricantes, nas áreas de Cabeamento Estruturado, Linux, Windows, Java, Banco de Dados, CISCO, ITIL ou CISSP.	24
c)	Certificado de realização de Cursos em Java com carga horária mínima de 80 (oitenta) horas, com 10 (dez) pontos por certificado, devendo estes, necessariamente, serem distintos e terem sido emitidos até 4 (quatro) anos antes de sua apresentação, até o limite de 2 (dois) certificados.	20
TOTAL		100

d) Vagas de Processamento de Dados – Banco de Dados:

BANCO DE DADOS		
ALÍNEA	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
a)	Exercício de atividade profissional de nível médio na Administração Pública ou na Iniciativa Privada, em empregos/ cargos na área a que concorre com 7 (sete) pontos por ano, até o total de 8 (oito) anos, sem sobreposição de tempos.	56
b)	Certificações em Tecnologia de Informação, contando 6 (seis) pontos cada, até o total de 24 pontos, que poderão ser emitidos pelos respectivos fabricantes, nas áreas de Cabeamento Estruturado, Linux, Windows, Java, Banco de Dados, CISCO, ITIL ou CISSP.	24
c)	Certificado de realização de Curso Administrador de Banco de Dados com carga horária mínima de 100 (cem) horas, com 10 (dez) pontos por certificado, devendo estes, necessariamente, serem distintos e terem sido emitidos até 4 (quatro) anos antes de sua apresentação, até o limite de 2 (dois) certificados.	20
TOTAL		100

e) Demais Áreas:

ALÍNEA	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
a)	Certificado ou declaração de conclusão de curso de qualificação profissional na área da profissão a que concorre, acompanhado de histórico escolar, emitido por instituição de ensino oficialmente reconhecida pelo MEC, com duração igual ou superior a 400 horas, com 19,5 pontos por certificado ou declaração, até o limite de 2 (dois) documentos.	39
b)	Certificado ou declaração de conclusão de curso de qualificação profissional na área da profissão a que concorre, acompanhado de histórico escolar, emitido por instituição de ensino oficialmente reconhecida pelo MEC, com duração igual ou superior a 240 horas e inferior a 400 horas, com 10 pontos por certificado ou declaração, até o limite de 3 (três) documentos.	30
c)	Certificado ou declaração de conclusão de curso de qualificação profissional na área da profissão a que concorre, acompanhado de histórico escolar, emitido por instituição de ensino oficialmente reconhecida pelo MEC, com duração igual ou superior a 160 horas e inferior a 240 horas, com 5 pontos por certificado ou declaração, até o limite de 3 (três) documentos.	15
d)	Exercício de atividade profissional de nível técnico na Administração Pública ou na Iniciativa Privada, em empregos/ cargos na profissão a que concorre com 3 (três) pontos por ano, até o total de 4 (quatro) anos, sem sobreposição de tempos.	12
e)	Certificado/Diploma, dentro da validade, de exames de proficiência nos idiomas inglês, espanhol, francês ou alemão a partir do nível intermediário: Cambridge English Preliminary (PET), Cambridge English First (FCE), Cambridge English Advanced (CAE), Cambridge English Proficiency (CPE), IELTS (pontuação mínima 4), TOEFL iBT (pontuação mínima 60), TOEIC (pontuação mínima 550), Michigan ECCE, Michigan ECPE, DELE (B1, B2, C1,C2), DELF (B1, B2), DALF (C1,C2), TestDaF, Goethe-Zertifikat (B1, B2, C1, C2) ou BULATS (B1, B2, C1, C2), com 1 (um) ponto por certificado/diploma, devendo estes, necessariamente, atestar proficiência em idiomas distintos, até o limite de 4 (quatro) certificados/diplomas de exames de proficiência.	04
TOTAL		100

14.3.2. Para receber a pontuação relativa aos Títulos relacionados na alínea c, do inciso I, para vagas destinadas ao EAT, e A e D, do inciso II, para as vagas destinadas ao ETP, respectivamente, nas áreas de Processamento de Dados e demais áreas, do Quadro de Atribuição de Pontos para a Avaliação de Títulos, o voluntário deverá atender ao seguinte:

a) Se realizado na área privada, apresentar cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), devidamente autenticada, acrescida de declaração do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso), o extrato da contribuição do INSS e a espécie do serviço realizado, com a descrição das atividades desenvolvidas;

b) se realizado na área pública, apresentar certidão ou declaração do órgão responsável onde exerça ou exerceu a atividade, que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado, com a descrição das atividades desenvolvidas;

c) no caso de serviço prestado como autônomo, apresentar a Guia da Previdência Social (GPS) e o Contrato Social da Empresa devidamente registrado na Junta Comercial (quando o voluntário for o proprietário) ou contrato de prestação de serviços, acrescido de declaração que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado;

d) apresentar Recibo de Pagamento de Autônomo (RPA) acrescido de declaração que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado; e

e) períodos de trabalho que se sobrepõem serão contabilizados somente uma única vez, mesmo que sejam de áreas diversas (Privada e/ou Pública).

14.3.3. Para efeito de pontuação do tempo de exercício profissional, as frações de tempo iguais ou superiores a 180 (cento e oitenta) dias serão consideradas como 1 (um) ano.

14.3.4. Não será computado como experiência profissional, o tempo de “*trainee*”, de estágio, de monitoria ou de bolsa de estudo.

14.3.5. Cada Título será considerado uma única vez. Independentemente do número de Títulos apresentados, atinentes a cada alínea do Quadro de Atribuição de Pontos para a Avaliação de Títulos, os pontos atribuídos não excederão o valor de pontos discriminado em cada item.

14.3.6. O somatório de pontos de todas as alíneas não poderá ultrapassar a pontuação máxima de 100 (cem) pontos.

14.3.7. Após a entrega da respectiva documentação referente à PT, não será recebida documentação em data ou momento posterior.

14.3.8. O resultado do total dos pontos obtidos na PT, dos voluntários aprovados na Seleção Inicial, será publicado no endereço eletrônico do Com4ºDN.

14.3.9. Os trabalhos publicados, títulos e diplomas impressos diretamente da Internet (sem marca d'água) deverão vir acompanhados dos respectivos links, possibilitando a confirmação pela Comissão Examinadora.

14.3.10. Todos os cursos previstos para pontuação na avaliação de títulos deverão estar concluídos até a data prevista para a realização da PT.

14.3.11. Reitera-se que a entrega dos títulos não garante a obtenção de pontuação, pois os títulos ainda serão avaliados por Comissão Examinadora, designada especialmente para esse fim, que deliberará sobre a pontuação a ser atribuída.

14.3.12. Após a entrega da respectiva documentação referente à PT, não será recebida documentação em data ou momento posterior.

14.3.13. O resultado dos recursos contra a PT será dado a conhecer, coletivamente, pela alteração ou não da pontuação, em caráter irrecorrível na esfera administrativa, na página do Com4ºDN na Internet.

14.3.14. Em caso de deferimento de recurso interposto, poderá ocorrer alteração da classificação inicial obtida pelo voluntário.

14.3.15. A Comissão Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

14.3.16. Não serão apreciados os recursos que forem apresentados:

- a) em desacordo com as especificações contidas neste Aviso;
- b) fora do prazo estabelecido;
- c) sem fundamentação e/ou defesa lógica e consistente;
- d) contra terceiros;
- e) em coletivo; e
- f) com teor que desrespeite a Banca Examinadora.

14.3.17. O prazo para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os voluntários. O voluntário que não interpuser recurso dentro do prazo e nos moldes estabelecidos neste Aviso perderá o direito de manifestar-se posteriormente.

14.3.18. A entrega dos títulos poderá ser realizada por terceiros, desde que anexada procuração específica aos títulos.

15. DO RESULTADO DA SELEÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE DOS VOLUNTÁRIOS

15.1. Após a realização de todas as Etapas, será divulgado o Resultado da Seleção na página do Com4ºDN.

15.2. O resultado constará da relação de voluntários classificados dentro do número de vagas previsto para cada Cidade/Estado e habilitação profissional (voluntários titulares) e dos voluntários reservas pela ordem decrescente da nota final, obtida por meio da soma do total de pontos obtidos na PO e dos pontos obtidos na PT.

15.3. Os voluntários que obtiverem a mesma nota final serão posicionados entre si, de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- a) maior nota na PO;
- b) maior nota na PT; e
- c) maior idade.

15.4. O voluntário aprovado em todas as etapas, mas não classificado no número de vagas existentes, será considerado reserva.

15.5. A listagem de voluntários reservas tem por finalidade permitir a convocação para preenchimento de vagas não completadas em razão de eventual exclusão/desistência de voluntários titulares, ou para o preenchimento de vagas adicionais para atender necessidades do serviço, conforme estabelecido no subitem 2.2, desde que tal convocação se dê dentro da vigência do Processo Seletivo, que terminará no último dia da semana de adaptação, conforme especificado no Cronograma de Eventos, Apêndice I deste Aviso.

15.6. Em caso de convocação de voluntário reserva, será adotada estritamente a ordem de classificação discriminada pela ordem decrescente da nota obtida no resultado final da seleção, considerando os critérios de desempate previstos no subitem 15.3.

15.7. Os voluntários reservas deverão acessar a página do Com4ºDN na Internet, após a divulgação do resultado final do Processo Seletivo até a data citada no subitem 15.5, a fim de tomar conhecimento de uma possível convocação de voluntários reservas para substituição de voluntários titulares.

16. DA DESIGNAÇÃO À INCORPORAÇÃO

16.1. Os voluntários aprovados em todas as etapas serão ordenados de acordo com soma das pontuações obtidas nas PO e PT, e serão convocados dentro do número de vagas previsto para cada atividade profissional indicada no item 2, deste Aviso de Convocação, conforme as regras previstas no item 15.

16.2. Os nomes dos voluntários designados à incorporação serão divulgados na internet, na página do Com4ºDN, em data especificada no Cronograma de Eventos, Apêndice I deste Aviso.

16.3. Os voluntários aprovados no PS, dentro do número de vagas, serão designados para incorporação no local e data previstos no Cronograma de Eventos, Apêndice I deste Aviso, a fim de cumprirem, por 45 dias, o período de adaptação e a 1ª Fase do EAT ou ETP, sendo

complementada pelo Estágio de Qualificação de Prática Militar-Naval (E-QPM) com duração de 15 dias.

16.4. Por ocasião da sua apresentação no Órgão de Formação da Reserva (OFR), o voluntário designado à incorporação deverá apresentar nova Declaração de Tempo de Serviço Militar Anterior, constante no Apêndice XV deste Aviso, contendo a atualização do seu tempo de serviço até a data da sua efetiva exoneração.

17. DA INCORPORAÇÃO

17.1. Incorporação é o ato de inclusão do designado para o Serviço Ativo da Marinha (SAM) em uma OM, à qual fique vinculado de modo permanente, independentemente de horário e com as incumbências inerentes a essa OM.

17.2. A incorporação ocorrerá na data prevista no Cronograma de Eventos, Apêndice I deste Aviso, quando terá início o período de adaptação.

17.3. Durante parte do período de adaptação, os incorporados poderão permanecer em regime de internato, por um período de uma semana.

17.4. Ao término do período das avaliações curriculares atinentes ao subitem 1.6, os incorporados serão distribuídos para as OM da Marinha, na área de jurisdição do Com4ºDN, que abrange o Estado do Pará para aplicação dos seus conhecimentos técnico-profissionais e Militar Naval.

17.5. Os designados para o SAM serão incorporados:

- a)** como Grumetes (GR); e
- b)** como Praças RM2, do Corpo de Praças da Reserva da Marinha (CPRM), na graduação que já possuírem, desde que seja até Marinheiro/Soldado Especializado para a realização do EAT e até Cabo para a realização do ETP, se já forem Praças.

17.6. Após os primeiros 12 meses de SMV, caso haja interesse da Administração Naval e da própria Praça Temporária, poderão ser concedidas prorrogações do tempo de serviço por mais um ano e, assim, sucessivamente, até o limite máximo de 96 (noventa e seis) meses, computando-se aí o tempo anterior prestado no Serviço Militar que trata a alínea I do subitem 3.3, deste Aviso, e observados os requisitos constantes em legislação específica.

17.7. Os incorporados, nos termos do subitem 16.3, poderão, em tempo de paz, ter acesso gradual e sucessivo na hierarquia até a graduação de Cabo (CB) para aqueles que realizarem o EAT e até a graduação de Terceiro Sargento (3ºSG) para os que realizarem o ETP, pelo critério de antiguidade, desde que satisfaçam às condições básicas estabelecidas na Lei nº 5.821/1972 e Lei nº 13.954/2019, adaptadas à legislação e à regulamentação que tratam do Serviço Militar,

conforme estabelecido no Decreto nº 4.780/2003 e na Portaria nº 1/2021, Altera pela Portaria nº 46/2022, ambas do Comandante da Marinha.

17.8. Caso seja constatado o estado de gravidez durante a 1ª Fase do Estágio Inicial, a Voluntária será licenciada, *ex officio*, por conveniência do serviço, em virtude dos riscos decorrentes das atividades militares a serem desenvolvidas durante essa fase.

Belém, PA, 5 de janeiro de 2024.

MAURICIO BARATA SOARES COELHO RANGEL
Contra-Almirante
Chefe do Estado-Maior

APÊNDICE I
MARINHA DO BRASIL
COMANDO DO 4º DISTRITO NAVAL
CRONOGRAMA DE EVENTOS – SELEÇÃO UNIFICADA PARA O SMV PRAÇAS 2024

Eventos	Datas		Atividades
	Início	Fim	
1	05JAN2024		Publicação do Aviso de Convocação no DOU.
2	05JAN2024	19JAN2024	Período das Inscrições.
3	05JAN2024	09JAN2024	Período das solicitações de isenção da taxa de inscrição
4	12JAN2024		Publicação do resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrições.
5	15JAN2024	16JAN2024	Período para solicitar recurso das solicitações de isenção da taxa de inscrição indeferidas.
6	18JAN2024		Publicação do resultado dos Recursos das solicitações de isenção da taxa de inscrição.
7	22JAN2024		Limite de Data para Pagamento da Taxa de Inscrição.
8	01MAR2024		Divulgar aos voluntários, na internet, imprensa e nos SRD da data, horário de abertura e fechamento dos portões, horário limite para se apresentar na sala ou setor para identificação, horário de realização da prova escrita, endereço do local onde será realizada a prova escrita e o material suplementar necessário à sua realização.
9	17MAR2024		Prova Escrita Objetiva (horário de Brasília).
10	19MAR2024		Divulgação dos Gabaritos e das provas digitalizadas nas páginas do Com4ºDN.
11	20MAR2024	22MAR2024	Início do prazo de 3 (três) dias úteis para o voluntário entregar o recurso de questões nos Distritos Navais.
12	22ABR2024		Divulgação do gabarito final na página da internet.
13	29ABR2024		Divulgação das notas das Provas Objetivas e convocação para a realização dos Eventos Complementares.
14	06MAI2024	16MAI2024	Entregar documentos comprobatórios para a Prova de Títulos (PT) e Verificação de Documentos (VD) nos locais indicados pelos Com4ºDN.
15	20MAI2024	31MAI2024	Teste de Aptidão Física (TAF).
16	17JUN2024	05JUL2024	Inspeção de Saúde (IS).
17	20JUN2024		Divulgação das notas da PT e resultados da VD e VDB.
18	21JUN2024	25JUN2024	Período de 3 (três) dias úteis para os voluntários entregarem os Recursos das PT, VD e VDB nos locais indicados pelo Com4ºDN.
19	13AGO2024		Divulgação, na internet, do resultado da análise dos Recursos das PT, VD e VDB e dos voluntários aprovados na IS e TAF.
20	20AGO2024		Divulgação, na internet, do resultado Final do Processo Seletivo e Convocação para Início do Curso.
21	09SET2024		Apresentação dos Voluntários.
22	09SET2024	13SET2024	Período de Adaptação
23	13SET2024		Data limite para a convocação dos voluntários reservas.
24	13SET2024	07NOV2024	Estágios de Aprendizagem Técnica e Técnico para Praças (EAT/ETP-INST).

APÊNDICE II
TIMBRE DA INSTITUIÇÃO

ATESTADO DE BONS ANTECEDENTES DE CONDUTA

Atesto que o(a) posto/graduação _____, nome _____
_____, nacionalidade _____,
estado civil _____, R.G. _____, CPF _____,
residente e domiciliado _____,
bairro _____, CEP _____, ocupando o cargo de
_____, é uma pessoa de idoneidade moral ilibada perante a sociedade e
órgãos públicos representativos dos poderes competentes, nada havendo que desabone sua
conduta.

_____/_____, _____ de _____ de _____.
(Local e data)

Assinatura do titular da instituição

APÊNDICE III
PADRÕES PSICOFÍSICOS ADMISSIONAIS - PRAÇAS

1. CONDIÇÕES DE INAPTIDÃO PARA INGRESSO NO SAM

a) Cabeça e Pescoço

Deformações, perdas extensas de substância; cicatrizes deformantes ou aderentes que causem bloqueio funcional; contraturas musculares anormais, cisto branquial, higroma cístico de pescoço e fístulas.

b) Ouvido e Audição

Deformidades significativas ou agenesia das orelhas; anormalidades do conduto auditivo e tímpano, exceto as desprovidas de potencialidade mórbida, infecções crônicas recidivantes, otite média crônica, labirintopatias e tumores. No teste audiométrico, serão observados os índices de acuidade auditiva, constantes da alínea h do item 2 deste Anexo.

c) Olhos e Visão

Ceratocone, glaucoma, infecções e processos inflamatórios, excetuando conjuntivites agudas e hordéolo; ulcerações, tumores, excetuando cisto benigno palpebral; opacificações, sequelas de traumatismo ou de queimaduras; doenças congênitas e deformidades congênitas ou adquiridas, incluindo desvios dos eixos visuais; anormalidades funcionais significativas e diminuição da acuidade visual além da tolerância permitida; lesões retinianas, doenças neurológicas ou musculares oculares; discromatopsia para as cores verde e vermelha. A cirurgia refrativa não gera inaptidão, desde que, no momento da IS, o voluntário não apresente restrições laborais e tenha condições de realizar teste de suficiência física, atestado por especialista.

d) Boca, Nariz, Laringe, Faringe, Traqueia e Esôfago

Anormalidades estruturais congênitas ou não, desvio acentuado de septo nasal, mutilações, tumores, atresias e retrações; fístulas congênitas ou adquiridas; infecções crônicas ou recidivantes; deficiências funcionais na mastigação, respiração, fonação, fala (principalmente as que possam interferir nos comandos e mensagens nas diversas atividades militares) e deglutição. Por ocasião da entrevista, deverá ser solicitado ao voluntário que proceda a leitura de um texto curto, a fim de identificar deficiências da fala, como tartamudez (gagueira). Em caso de dúvida, deverá ser solicitado parecer especializado à Fonoaudiologia.

A critério da JS, face à especificidade da função, poderá ser solicitado parecer à Fonoaudiologia (especialização em Voz) e/ou Otorrinolaringologia.

e) Aparelho estomatognático

Estado sanitário bucal deficiente (caracterizado pela presença de cavidades não restauradas associadas a placa bacteriana, doença periodontal não controlada pelo autocuidado, ou gengivite, em todos os quadrantes, associada a cálculo dental em dentes de todos os quadrantes); infecções, cisto não odontogênico; neoplasias; resto radicular; deformidades estruturais tipo fissuras labiais ou labiopalatinas não reabilitadas (a reabilitação ou selamento ósseo das fissuras labiopalatinas completas deverão ser verificadas por meio de exames complementares a serem realizados às expensas do voluntário, assim como deverá ser avaliado clinicamente o restabelecimento da função mastigatória, da respiração nasal, da fonação e da deglutição); disfunção mastigatória causada por doença síndrômica ou maloclusão; ausência dentária na bateria labial sem reabilitação; menos de dez dentes naturais em uma das arcadas (o mínimo exigido é de vinte dentes naturais, dez em cada arcada, os quais deverão estar hígidos, tratados ou com coroa protética provisória ou definitiva); ausência total de contatos interoclusais em regiões de molares direitos, esquerdos ou bilateralmente.

O exame descritivo do aparelho estomatognático deverá ser realizado obrigatoriamente por cirurgião-dentista, cujo nome e inscrição no CRO constarão no TIS.

f) Pele e Tecido Celular Subcutâneo

Infecções crônicas ou recidivantes, inclusive a acne com processo inflamatório agudo ou dermatose que comprometa o barbear; micoses, infectadas ou cronificadas; parasitoses cutâneas extensas; eczemas alérgicos; expressões cutâneas das doenças autoimunes, excetuando-se vitiligo, manifestações das doenças alérgicas; ulcerações e edemas; cicatrizes deformantes, que poderão vir a comprometer a capacidade laborativa; afecções em que haja contraindicação a exposição solar prolongada; tatuagem que faça alusão à ideologia terrorista ou extremista contrária às instituições democráticas, à violência, à criminalidade, à ideia ou ato libidinoso, à discriminação ou preconceito de raça, credo, sexo ou origem ou, ainda, à ideia ou ato ofensivo às Forças Armadas, vedado o uso de qualquer tipo de tatuagem na região da cabeça, do rosto e da face anterior do pescoço que comprometa a segurança do militar ou das operações, conforme previsto em ato do Ministro de Estado da Defesa, com base no disposto no Art 11-A, item XII da Lei Nº 11.279 de 2006, alterado pela Lei 14.296 de 2022 e nas Normas para Apresentação Pessoal de Militares da Marinha do Brasil (file:///D:/Downloads/Portaria%20n%C2%BA%2040%20MB-1.pdf).

g) Pulmões e Parede Torácica

Deformidade relevante congênita ou adquirida da caixa torácica com prejuízo da função

respiratória; infecções bacterianas ou micóticas; distúrbios ventilatórios, obstrutivos ou restritivos, hiper-reatividade brônquica, história de crises de broncoespasmo ainda na adolescência, exceto episódios isolados de broncoespasmo na infância, com prova de função respiratória atual normal, sem uso de medicação específica; fístula e fibrose pulmonar difusa; tumores malignos e benignos dos pulmões e pleura, anormalidades radiológicas, exceto se insignificantes e desprovidas de potencialidade mórbida e sem comprometimento funcional.

h) Sistema Cardiovascular

Anormalidades congênitas ou adquiridas; infecções, inflamações, arritmias, doenças do pericárdio, miocárdio, endocárdio e da circulação intrínseca do coração; anormalidades do feixe de condução e outras detectadas no eletrocardiograma desde que relacionadas a doenças coronarianas, valvulares ou miocárdicas; doenças orovalvulares; síndrome de pré-excitação; hipotensão arterial com sintomas; hipertensão arterial; níveis tensionais arteriais acima dos índices exigidos, em duas das três aferições preconizadas; doenças venosas, arteriais e linfáticas. São admitidas microvarizes, sem repercussão clínica.

O prolapso valvar sem regurgitação e sem repercussão hemodinâmica verificada em exame especializado não é condição de inaptidão. Na presença de sopros, é imperativo o exame ecocardiográfico bidimensional com Doppler.

i) Abdome e Trato Intestinal

Anormalidades da parede, exceto as diástases dos retos abdominais, desde que não comprometam a capacidade laboral; visceromegalias; infecções, esquistossomose e outras parasitoses graves; micoses profundas; história de cirurgias que alterem de forma significativa a função gastrointestinal (apresentar relatório cirúrgico, com descrição do ato operatório); doenças hepáticas e pancreáticas, exceto as desprovidas de potencialidade mórbida (ex: Síndrome de Gilbert, doença policística hepática); doenças inflamatórias intestinais ou quaisquer distúrbios que comprometam, de forma significativa, a função do sistema.

j) Aparelho Genitourinário

Anormalidades congênitas ou adquiridas da genitália, rins e vias urinárias, exceto as desprovidas de potencialidade mórbida; cálculos; alterações demonstradas no exame de urina, cuja potencialidade mórbida não possa ser descartada; a existência de testículo único na bolsa não é condição de inaptidão desde que a ausência do outro não decorra de anormalidade congênita; a hipospádiabalânica não é condição de inaptidão.

k) Aparelho OsteomioArticular

Na evidência de atitude escoliótica, lordótica ou cifótica, no exame físico o voluntário

será encaminhado para realização de RX panorâmico de coluna, em posição ortostática, descalço, para confirmação de defeito estrutural da coluna. São condições de inaptidão: Escoliose apresentando mais de 13° Cobb; Lordose acentuada, com ângulo de Cobb com mais de 60°; Hipercifose que ao estudo radiológico apresente mais de 45° Cobb ou com angulação menor, haja acunhamento de mais de 5°, em perfil, mesmo que em apenas um corpo vertebral; “Genu Recurvatum” com mais de 20° graus aferidos por goniômetro ou, na ausência de material para aferição, confirmado por parecer especializado; “Genu Varum” que apresente distância bicondilar superior a 7cm, aferido por régua, em exame clínico; “Genu Valgum” que apresente distância bimaleolar superior a 7cm, aferido por régua em exame clínico; Megapófises da penúltima ou última vértebra lombar; espinha bífida com repercussão neurológica; Discrepância no comprimento dos membros inferiores que apresente ao exame, encurtamento de um dos membros, superior a 10 mm para voluntários até 21 anos e superior a 15 mm para os demais, constatado através de escanometria dos membros inferiores; alterações degenerativas da coluna vertebral, como protrusões e hérnias discais, dentre outras; espondilólise, espondilolistese, hemivértebra, tumores vertebrais (benignos e malignos), laminectomia, passado de cirurgia de hérnia discal, pinçamento discal lombar do espaço intervertebral; a presença de material de síntese será tolerado quando utilizado para fixação de fraturas, excluindo as de coluna e articulações, desde que essas estejam consolidadas, sem nenhum déficit funcional do segmento acometido, sem presença de sinais de infecção óssea; próteses articulares de qualquer espécie; passado de cirurgias envolvendo articulações; doenças ou anormalidades dos ossos e articulações, congênitas ou adquiridas, inflamatórias, infecciosas, neoplásticas e traumáticas; e casos duvidosos deverão ser esclarecidos por parecer especializado.

l) Doenças Metabólicas e Endócrinas

"Diabetes Mellitus", tumores hipotalâmicos e hipofisários; disfunção hipofisária e tireoidiana; tumores da tireoide; são admitidos cistos coloides, hiper/hipotireoidismo, desde que comprovadamente compensados e sem complicações; tumores de suprarenal e suas disfunções congênitas ou adquiridas; hipogonadismo primário ou secundário; distúrbios do metabolismo do cálcio e fósforo, de origem endócrina; erros inatos do metabolismo; desenvolvimento anormal, em desacordo com a idade cronológica; e obesidade.

m) Sangue e Órgãos Hematopoiéticos

Alterações significativas do sangue e órgãos hematopoiéticos e/ou aquelas em que seja necessária investigação complementar para descartar potencialidade mórbida.

n) Doenças Neurológicas

Distúrbios neuromusculares; afecções neurológicas; anormalidades congênitas ou adquiridas; ataxias, incoordenações, tremores, paresias e paralisias, atrofas, fraquezas musculares, passado de crises convulsivas que tenham demandado tratamento neurológico, epilepsias e doenças desmielinizantes.

o) Doenças Psiquiátricas

A evidência atual ou a história pregressa de doença psiquiátrica é condição de inaptidão, assim como o uso de medicação psicotrópica. Avaliar cuidadosamente a história, para detectar:

- uso de drogas ilícitas; e
- padrão de consumo de drogas/substâncias lícitas que configure síndrome de dependência química.

Deverão ser observadas as descrições clínicas e diretrizes diagnósticas da classificação de transtornos mentais e de comportamento da 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças da OMS (CID-10).

Por ocasião da IS em grau de recurso por Junta Superior Distrital (JSD), a inaptidão por qualquer uma das causas acima, poderá, a critério da JS, ser subsidiada por parecer psiquiátrico.

p) Tumores e Neoplasias

Qualquer história atual de neoplasia maligna; neoplasia benigna, dependendo da localização, repercussão funcional e potencial evolutivo. Se o perito julgar insignificantes pequenos tumores benignos (ex: cisto sebáceo, lipoma), deverá justificar sua conclusão. Nos casos de história pregressa de neoplasia maligna, poderão ser considerados aptos os voluntários que não apresentem evidência de atividade da doença decorridos, no mínimo, cinco anos, a contar da data do término do tratamento instituído. Tal condição deverá ser comprovada pelo voluntário, no momento da IS, mediante apresentação de relatórios médicos, cópia de prontuário e resultados dos exames complementares realizados ao longo do tratamento/acompanhamento da neoplasia, podendo ser solicitados pela JS os Pareceres/exames complementares, que julgar necessários para subsidiar sua decisão. A presença de sequelas decorrentes da neoplasia maligna, que gerem comprometimento da capacidade laboral e /ou do desempenho das atividades militares, é condição de inaptidão.

q) Condições Ginecológicas

Lesões de colo, corpo e trompas uterinos, ovários, vulva, vagina, alterações mamárias e outras anormalidades adquiridas, todas essas, exceto se insignificantes e desprovidas de potencialidade mórbida.

r) Outras condições

Doenças ou condições eventualmente não listadas nas alíneas anteriores, detectadas no momento da avaliação médico pericial, poderão ser causa de inaptidão, se, a critério da JS, forem potencialmente impeditivas ao desempenho pleno das atividades militares.

Qualquer condição que demande tratamento cirúrgico para sua correção constitui causa de inaptidão, assim como a vigência de pós-operatório cujo restabelecimento para atividades plenas de esforço ultrapasse o prazo limite para o resultado da Seleção Psicofísica. História pregressa de cirurgia, sem a devida comprovação por meio da descrição cirúrgica e do laudo anatomopatológico eventualmente realizado poderá, a critério da JS, constituir causa de inaptidão.

Doenças, condições ou alterações de exames complementares, em que não possa ser descartada a potencialidade mórbida ou que demandem investigação clínica que ultrapasse o prazo máximo estipulado para a avaliação psicofísica prevista no Aviso de Convocação do processo seletivo, constituirão causa de inaptidão, assim como a positividade para quaisquer das substâncias testadas nos exames toxicológicos eventualmente solicitados.

2. ÍNDICES MÍNIMOS EXIGIDOS

a) Altura

A altura mínima é de 1,54m e a máxima é de 2,00m para ambos os sexos.

b) Peso

Limites de peso: Índice de Massa Corporal (IMC) compreendidos entre 18 e 30. Os limites de peso serão, correlacionados pelos Agentes Médico Periciais (AMP) com outros dados do exame clínico (massa muscular, conformação óssea, proporcionalidade, biotipo, tecido adiposo localizado, etc.).

c) Acuidade visual

Para ingresso no SMV (Praças), de voluntários com até 25 anos completos, a Acuidade Visual (AV) mínima é de 20/100 sem correções (S/C) em ambos os olhos (AO), corrigida para 20/20 em AO, com a melhor correção óptica possível. Para os candidatos acima de 25 anos é de 20/400 S/C em AO, corrigida para 20/20 em AO, com a melhor correção óptica possível.

O exame deverá ser efetuado exclusivamente por médico devidamente identificado, sendo vedada a execução por pessoal Enfermeiro (EF).

d) Senso Cromático

Para ingresso em todos os Corpos e Quadros, não serão admitidas discromatopsias para as cores verde e vermelha, definidas de acordo com as instruções que acompanham cada modelo de teste empregado. Deve ser registrada no campo apropriado do Termo de Inspeção de Saúde (TIS) a denominação do teste e número de erros do inspecionado. O teste deve ser aplicado exclusivamente por médico, registrando-se no TIS a data e o nome do aplicador, vedada a execução por pessoal EF. Não é admitido o uso de lentes corretoras do senso cromático para todos os Corpos e Quadros.

e) dentes

O mínimo exigido é de vinte (20) dentes naturais, dez (10) em cada arcada, hígidos ou Tratados. Para restabelecer as condições normais de estética e mastigação, tolera-se a prótese dental, desde que o inspecionado apresente os dentes naturais, conforme mencionado.

f) Limites mínimos de motilidade

I) Limites Mínimos de Motilidade da Extremidade Superior:

OMBROS = Elevação para diante a 90°. Abdução a 90°.

COTOVELO = Flexão a 100°. Extensão a 15°.

PUNHO = Alcance total a 15°.

MÃO = Supinação/pronação a 90°.

DEDOS = Formação de pinça digital.

II) Limites Mínimos de Motilidade da Extremidade Inferior:

COXO-FEMURAL = Flexão a 90°. Extensão a 10°.

JOELHO = Extensão total. Flexão a 90°.

TORNOZELO = Dorsiflexão a 10°. Flexão plantar a 10°.

g) Índices cardiovasculares

Pressão Arterial medida em repouso e em decúbito dorsal ou sentado:

SISTÓLICA - igual ou menor do que 140mmHg.

DIASTÓLICA - igual ou menor do que 90mmHg.

Em casos de índices superiores a estes, deverão ser realizadas mais duas aferições. Na dependência dos níveis tensionais encontrados, poderão, a critério dos peritos, ser solicitados outros exames de investigação cardiológica, como M.A.P.A., Teste Ergométrico e Ecocardiograma.

- Pulso arterial medido em repouso e em decúbito dorsal ou sentado: igual ou menor que 120 bat/min. Encontrada frequência cardíaca superior a 120 bat/min, o voluntário deverá ser colocado em repouso por, pelo menos, dez minutos e aferida novamente a frequência, ou solicitado ECG para análise.

h) Índice audiométrico

Serão considerados aptos os voluntários até 25 anos que apresentarem perdas auditivas, sem prótese otofônica em qualquer ouvido, até 40 decibéis (dB), em qualquer das frequências, mesmo que bilaterais, desde que não haja alteração à ectoscopia.

Admite-se para ingresso no SMV os voluntários com idade maior que 25 anos com perdas maiores que 40dB e menores ou iguais a 70dB, nas frequências de 4000 a 8000Hz, desde que satisfeitas as seguintes condições:

- Seja unilateral;
- Apresente otoscopia normal;
- Índice de Reconhecimento da Fala (IRF) maior ou igual a 88%; e
- Apresente Limiar de Reconhecimento da Fala (LRF) menor ou igual a 50 dB.

O exame deverá ser efetuado exclusivamente por médico ou fonoaudiólogo devidamente identificado, sendo vedada a execução por pessoal EF.

3. EXAMES COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIOS DE RESPONSABILIDADE DO (A) VOLUNTÁRIO (A):

a) Exame com validade de 60 dias:

- Em cumprimento à Portaria Normativa nº 3.795/2022 do Ministério da Defesa os voluntários deverão apresentar exame toxicológico.

O exame toxicológico será custeado pelo voluntário e deverá ser realizado em laboratório especializado e certificado pelo Órgãos Reguladores, na matriz biológica fâneros (cabelo, pelo ou raspas de unhas), com larga janela de detecção (no mínimo 90 dias), abrangendo, pelo menos, as seguintes substâncias psicoativas ilícitas: maconha, seus derivados e metabólitos; cocaína, seus derivados e metabólitos; anfetamina (metanfetamina, MDMA, MDEA e MDA), seus derivados e metabólitos; heroína (diacetilmorfina), seus derivados e metabólitos; LSD, seus derivados e metabólitos; e fenciclidina (PCP).

O exame toxicológico terá validade de 60 dias, contados a partir da data de coleta do material até o dia de entrega do resultado na Junta de Saúde, por ocasião da IS.

No corpo do laudo do exame toxicológico deverão constar, obrigatoriamente, as informações sobre a cadeia de custódia, com os seguintes campos: identificação completa do voluntário, inclusive com a impressão digital, assinatura do voluntário e do responsável, se menor de idade, identificação e assinatura de, no mínimo, duas testemunhas, podendo ser uma delas o responsável pela coleta e identificação e assinatura do responsável técnico pela emissão

do laudo ou resultado.

Será garantido ao voluntário o direito de contraprova, mediante recurso administrativo. Nesta oportunidade, o exame toxicológico de contraprova deverá ser apresentado na IS em grau de recurso.

Serão consideradas como condição de inaptidão e conseqüente eliminação do voluntário para o ingresso:

- evidência atual ou a história pregressa de doença psiquiátrica;
- uso pregresso ou atual de substâncias psicoativas ilícitas; e
- exame toxicológico positivo para substâncias psicoativas ilícitas pesquisadas.

Deverão ser observadas as descrições clínicas e diretrizes diagnósticas da classificação de transtornos mentais e de comportamento da Classificação Internacional de Doenças (CID) atualizada.

Por ocasião da IS em grau de recurso por JSD, a inaptidão por qualquer uma das causas acima, poderá, a critério da JS, ser subsidiada por parecer psiquiátrico.

b) Exames com validade de 90 (noventa) dias:

- Hemograma completo com contagem de plaquetas;
- Glicemia de jejum;
- Creatinina;
- TGO ou AST;
- TGP ou ALT;
- Dosagem do PSA total (1);
- Dosagens de colesterol total e frações (2);
- Dosagem dos triglicerídeos (2);
- EAS;
- Anti-HIV (qualquer método, exceto imunocromatografia (teste rápido)); e
- VDRL ou sorologia para Sífilis.
- Raio-X de tórax;
- ECG; e

- Teste ergométrico para todos os voluntários ao ingresso no SMV que exercerão atividades na habilitação de educação física e para os demais voluntários quando apresentarem queixas relacionadas ao aparelho cardiovascular, conforme respostas afirmativas da Anamnese dirigida (de acordo com o modelo previsto no Apêndice XX deste Aviso), ou a critério da Junta de Seleção, exceto sopro cardíaco, que deverá ser complementado com Ecocardiograma

Bidimensional com doppler.

c) Exames exclusivos para as voluntárias:

As voluntárias deverão apresentar os exames abaixo listados, cuja realização será de sua inteira responsabilidade e ônus:

- Colpocitologia oncótica;
- Exame de USG mamas;
- Exame de USG transvaginal ou na impossibilidade desta, USG pélvica; e
- Beta-HCG qualitativo.

Para que o laudo médico pericial seja emitido, os Agentes Médico-Periciais (AMP) levarão em consideração os exames de Colpocitologia Oncótica, USG transvaginal/USG pélvica, USG de mamas, que deverão ser realizados dentro do período de um ano até a data da avaliação na JS. Deverão ser trazidos, ainda, todos os exames complementares atinentes à mastologia/ginecologia que eventualmente tenham realizado, por ocasião de investigações clínicas.

Os EXAMES LABORATORIAIS deverão ser colhidos, no máximo, nos 3 (três) meses anteriores à data da conclusão da perícia. Se durante esses 3 (três) meses surgir intercorrência clínica para a qual seja julgada necessária investigação ou sejam identificados resultados laboratoriais não compatíveis com o exame clínico, outros exames poderão ser solicitados e sua realização ocorrerá às expensas da voluntária. O prazo de três meses não se aplica ao Beta-HCG qualitativo realizado por ocasião da IS para Ingresso no SAM, que deverá ser colhido em, no máximo, 7 (sete) dias corridos antes data inicial de apresentação para Inspeção de Saúde estabelecido no presente Aviso. Todos os exames laboratoriais deverão ser assinados por um responsável técnico: Farmacêutico Bioquímico, Biomédico, Médico ou Biólogo, conforme couber, devidamente identificado. O exame de Colpocitologia Oncótica deverá ser assinado por Médico Patologista ou Farmacêuticos e Biomédicos especializados em Citologia Clínica, devidamente identificados. Os demais exames complementares deverão ser apresentados na íntegra, com imagem em meio físico ou digital, traçado ou fotos, além dos respectivos laudos, contendo data, nome, nº da inscrição no CRM legíveis, além da assinatura do médico que os emitiu.

Para as voluntárias em situação de integridade himenal, será possível a apresentação de laudo emitido por ginecologista, justificando o motivo do impedimento da realização do exame colpocitológico e atestando as condições ginecológicas da voluntária, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias a contar da data da IS, com nome do médico que o emitiu, nº da

inscrição no CRM e assinatura legíveis.

- A critério da JS poderão ser solicitados outros exames além daqueles obrigatórios realizados pelos voluntários.

4. EXAMES COMPLEMENTARES REALIZADOS PELA MB:

- Audiometria.

- Oftalmologia geral, exame composto de Acuidade Visual e Avaliação de Senso Cromático.

- Biometria.

- Exame clínico e odontológico geral.

APÊNDICE IV

DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE COMPROVANTE DE CONCLUSÃO DE CURSO

Eu, _____ (nome do voluntário),
identidade número _____ (numeral), (órgão expedidor), inscrito no
CPF sob o nº _____ (numeral), inscrição nº
_____ (numeral), declaro, para fins de prosseguimento no Processo
Seletivo para Ingresso no Corpo de Praças da Reserva da Marinha em _____ (ano) que estou
ciente de que a não apresentação de _____ (nome
do documento exigido para exercício do cargo) até a data da Incorporação, ensejará minha eli-
minação do certame.

_____/_____, _____ de _____ de _____.
(Local e data)

Assinatura do(a) declarante

APÊNDICE V

DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DO REGISTRO PROFISSIONAL

Eu, _____ (nome do voluntário),
identidade número _____ (numeral), (órgão expedidor), inscrito no
CPF sob o nº _____ (numeral), inscrição nº
_____ (numeral), declaro, para fins de prosseguimento no Processo
Seletivo para Ingresso no Corpo de Praças da Reserva da Marinha em _____ (ano), que estou
ciente de que a não apresentação de _____ (nome do
documento exigido para exercício do cargo) até a data de incorporação, ensejará minha elimina-
ção do certame.

_____/_____, _____ de _____ de _____.
(Local e data)

Assinatura do(a) declarante



APÊNDICE VI

REQUERIMENTO

PROCOLO

NOME COMPLETO E LEGÍVEL

Grid for name entry

Nº INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO

TELEFONE

Grids for registration number, process, and phone

CPF:

Grid for CPF

ENDEREÇO P/CONTATO e E-MAIL

Large box for address and email

Table with 4 rows and 2 columns: 01 Alteração de Dados Cadastrais, 02 Nota da Prova Objetiva, 03 Restituição de Documentos, 04 Inspeção de saúde em Grau de Recurso (*), 05 Outros

(*) Poderá ser requerido em até 05 (cinco) dias úteis a contar do resultado expedido pela Junta Regular de Saúde.

OBS.: JUSTIFIQUE SE NECESSÁRIO (EM LETRA DE IMPRENSA)

Large empty box for justification, with text 'Se necessário, utilizar o verso' at the bottom right.

Table with 4 columns: Situação do Voluntário, Requerido em, ASSINATURA, Em anexo/Publicação Data

Bottom section with logo, 'Via do Voluntário', and 'Protocolo' labels

APÊNDICE VII

PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA PARA A PROVA OBJETIVA DO PROCESSO SELETIVO UNIFICADO DE PRAÇAS - RM2 (NÍVEL FUNDAMENTAL) - 2024

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO I – LÍNGUA PORTUGUESA

GRAMÁTICA – Sistema ortográfico em vigor: emprego das letras e do hífen, acentuação gráfica e uso do acento indicador de crase; Aspectos fonéticos: fonema e letra, sílaba, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos; Aspectos morfológicos: estrutura e formação de palavras, classes de palavras; Organização sintática da frase e do período: frase, oração e período, os termos da oração; subordinação e coordenação; Pontuação; Concordância (nominal e verbal); Regência (nominal e verbal); Função e emprego dos pronomes relativos; Colocação pronominal.

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO – Leitura e análise de textos verbais e não verbais: os propósitos do autor e suas implicações na organização do texto, compreensão de informações implícitas e explícitas, linguagens denotativa e conotativa; Funções da linguagem; Coerência e coesão; Texto e contexto: ambiguidade e polissemia; Valor semântico dos advérbios, das preposições e conjunções; Relações lexicais: sinonímia, antonímia, homonímia, hiperonímia, hiponímia e paronímia; Figuras de linguagem; Gêneros textuais; Tipologia textual; Tipos de discurso; Reescritura de frases; Adequação vocabular e variação linguística: norma culta e variedades regionais e sociais, registro formal e informal.

BIBLIOGRAFIA

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática reflexiva: texto, semântica e interação. São Paulo: Atual, 2009.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.

GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar. 27ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Objetiva, 2009.

KOCH, Ingedore G. Villaça. A coesão textual. 19ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A coerência textual. 16ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO II – FORMAÇÃO MILITAR-NAVAL

FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA PÚBLICA – Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: Do Estado de Defesa e do Estado de Sítio; Das Forças Armadas; Da Segurança Pública.

LEGISLAÇÃO MILITAR-NAVAL

ESTATUTO DOS MILITARES – Disposições preliminares; Do ingresso nas Forças Armadas; Da hierarquia militar e disciplina; Do cargo e da função militares; Das obrigações militares; Valor e ética militar; Dos deveres militares; Conceituação; compromisso militar, comando e subordinação; Violação das obrigações e deveres militares; Crimes militares; Contravenções ou transgressões disciplinares; e Conselhos de justificação e disciplina.

REGULAMENTO DISCIPLINAR PARA A MARINHA – Generalidades; Propósito; Disciplina e hierarquia militar; Esfera de ação disciplinar; Das contravenções disciplinares; definição e especificação; Natureza das contravenções e suas circunstâncias; Da parte, prisão imediata e recursos.

RELAÇÕES HUMANAS E LIDERANÇA – Manual de Liderança da Marinha: Fundamentos conceituais de liderança; Aspectos teóricos da liderança; Desenvolvimento pessoal da arte da liderança; A prática da liderança.

ORDENANÇA GERAL PARA O SERVIÇO DA ARMADA – Organização. Disposições gerais; Organização dos Estados-Maiores de Força; Normas sobre pessoal. Comissões de embarque ou tropa para os oficiais; Apresentação e posse dos comandantes e oficiais; Embarque e distribuição de praças; Alterações e substituições do pessoal; Deveres do pessoal. Disposições gerais; Deveres e responsabilidades dos oficiais; Deveres das praças especiais quando embarcadas; Deveres das praças.

HISTÓRIA NAVAL

INTRODUÇÃO

A HISTÓRIA DA NAVEGAÇÃO – Os navios de madeira: construindo embarcações e navios; O desenvolvimento dos navios portugueses; O desenvolvimento da navegação oceânica: os instrumentos e as cartas de marear; e A vida a bordo dos navios veleiros.

A EXPANSÃO MARÍTIMA EUROPÉIA E O DESCOBRIMENTO DO BRASIL – Fundamentos da organização do Estado português e a expansão ultramarina; O reconhecimento da costa

brasileira; e As expedições guarda-costas; A expedição colonizadora de Martim Afonso de Sousa.

INVASÕES ESTRANGEIRAS AO BRASIL – Invasões francesas no Rio de Janeiro e no Maranhão; Invasões na Foz do Amazonas; Invasões holandesas na Bahia e em Pernambuco; Corsários franceses no Rio de Janeiro no século XVIII; e Guerras, tratados e limites no sul do Brasil.

FORMAÇÃO DA MARINHA IMPERIAL BRASILEIRA – A vinda da Família Real; Política externa de D. João e a atuação da Marinha: a conquista de Caiena e a ocupação da Banda Oriental; e Guerra de Independência.

A ATUAÇÃO DA MARINHA NOS CONFLITOS DA REGÊNCIA E DO INÍCIO DO SEGUNDO REINADO – Conflitos internos; Cabanagem; Guerra dos Farrapos; Sabinada; Balaiada; Revolta Praieira; Conflitos externos; Guerra Cisplatina; Guerra contra Oribe e Rosas.

A ATUAÇÃO DA MARINHA NA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA CONTRA O GOVERNO DO PARAGUAI – O bloqueio do Rio Paraná e a Batalha Naval do Riachuelo; Navios encouraçados e a invasão do Paraguai; Curuzu e Curupaiti; Caxias e Inhaúma; Passagem de Curupaiti; Passagem de Humaitá; O recuo das forças paraguaias; O avanço aliado e a Dezembrada; A ocupação de Assunção e a fase final da guerra.

A MARINHA NA REPÚBLICA – Primeira Guerra Mundial: Antecedentes; O preparo do Brasil; A Divisão Naval em Operações de Guerra; O Período entre Guerras; A situação em 1940; Segunda Guerra mundial: Antecedentes; Início das hostilidades e ataques aos nossos navios mercantes; A Lei de Empréstimo e Arrendamento e modernizações de nossos meios e defesa ativa da costa brasileira; Defesas Locais; Defesa Ativa; A Força Naval do Nordeste; E o que ficou?

O EMPREGO PERMANENTE DO PODER NAVAL – O Poder Naval na guerra e na paz: Classificação; A percepção do Poder Naval; O emprego permanente do Poder Naval.

BIBLIOGRAFIA

FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA PÚBLICA

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Título V. capítulos I, II e III. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

Disponível para download em:

<<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>. Acesso em 29 de setembro de 2023.

LEGISLAÇÃO MILITAR-NAVAL

BRASIL. Decreto nº 88.545, de 26 de julho de 1983. Regulamento Disciplinar para a Marinha. Títulos I, II e IV. Vade Mécum Naval. Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Ed. rev. Rio de Janeiro, 2009. Disponível para download em:

<<https://www.marinha.mil.br/com5dn/sites/www.marinha.mil.br.com5dn/files/RDM.pdf>>.

Acesso em 28 de setembro de 2023.

_____. Lei nº 6.880, de 9 dezembro de 1980 e suas posteriores alterações.

Estatuto dos Militares. Títulos I e II. Brasília, 1980. Diário Oficial da União.

Disponível para download em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6880.htm>. Acesso em 22 de setembro de 2023.

_____. Decreto nº 95.480, de 13 de dezembro de 1987. Ordenança Geral para o Serviço da Armada (Títulos II, III e IV). Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-95480-13-dezembro-1987-446244-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 23 de setembro de 2023.

RELAÇÕES HUMANAS E LIDERANÇA

BRASIL. Diretoria de Ensino da Marinha. Manual de Liderança da Marinha.pdf.

Acesso em 22 de setembro de 2023. Texto integral.

<https://www.marinha.mil.br/ciaa/sites/www.marinha.mil.br.ciaa/files/u3/DEnsM-1005%20MANUAL%20DE%20LIDERAN%C3%87A%20DA%20MARINHA.pdf>

HISTÓRIA NAVAL

BITTENCOURT, A. de S. Introdução à História Marítima Brasileira. Texto integral (incluindo a Introdução). Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.

Disponível para download em:

<[https://www.marinha.mil.br/com1dn/sites/www.marinha.mil.br.com1dn/files/upload/Introdução à História Marítima Brasileira.pdf](https://www.marinha.mil.br/com1dn/sites/www.marinha.mil.br.com1dn/files/upload/Introdução%20à%20História%20Marítima%20Brasileira.pdf)>. Acesso em 19 de setembro de 2023.

APÊNDICE VII

PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA PARA A PROVA OBJETIVA DO PROCESSO SELETIVO UNIFICADO DE PRAÇAS - RM2 (NÍVEL MÉDIO) – 2024

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO I – LÍNGUA PORTUGUESA

GRAMÁTICA – Sistema ortográfico em vigor: emprego das letras e do hífen, acentuação gráfica e uso do acento indicador de crase; Aspectos fonéticos: fonema e letra, sílaba, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos; Aspectos morfológicos: estrutura e formação de palavras, classes de palavras; Organização sintática da frase e do período: frase, oração e período, os termos da oração; subordinação e coordenação; Pontuação; Concordância (nominal e verbal); Regência (nominal e verbal); Função e emprego dos pronomes relativos; Colocação pronominal.

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO – Leitura e análise de textos verbais e não verbais: os propósitos do autor e suas implicações na organização do texto, compreensão de informações implícitas e explícitas, linguagens denotativa e conotativa; Funções da linguagem; Coerência e coesão; Texto e contexto: ambiguidade e polissemia; Valor semântico dos advérbios, das preposições e conjunções; Relações lexicais: sinonímia, antonímia, homonímia, hiperonímia, hiponímia e paronímia; Figuras de linguagem; Gêneros textuais; Tipologia textual; Tipos de discurso; Reescritura de frases; Adequação vocabular e variação linguística: norma culta e variedades regionais e sociais, registro formal e informal.

BIBLIOGRAFIA

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática reflexiva: texto, semântica e interação. São Paulo: Atual, 2009.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.
- GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar. 27ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Objetiva, 2009.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. A coesão textual. 19ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A coerência textual. 16ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO II – FORMAÇÃO MILITAR-NAVAL

FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA PÚBLICA – Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: Do Estado de Defesa e do Estado de Sítio; Das Forças Armadas; Da Segurança Pública.

LEGISLAÇÃO MILITAR-NAVAL

ESTATUTO DOS MILITARES – Disposições preliminares; Do ingresso nas Forças Armadas; Da hierarquia militar e disciplina; Do cargo e da função militares; Das obrigações militares; Valor e ética militar; Dos deveres militares; Conceituação; compromisso militar, comando e subordinação; Violação das obrigações e deveres militares; Crimes militares; Contravenções ou transgressões disciplinares; e Conselhos de justificação e disciplina.

REGULAMENTO DISCIPLINAR PARA A MARINHA – Generalidades; Propósito; Disciplina e hierarquia militar; Esfera de ação disciplinar; Das contravenções disciplinares; definição e especificação; Natureza das contravenções e suas circunstâncias; Da parte, prisão imediata e recursos.

RELAÇÕES HUMANAS E LIDERANÇA – Manual de Liderança da Marinha: Fundamentos conceituais de liderança; Aspectos teóricos da liderança; Desenvolvimento pessoal da arte da liderança; A prática da liderança.

ORDENANÇA GERAL PARA O SERVIÇO DA ARMADA – Organização. Disposições gerais; Organização dos Estados-Maiores de Força; Normas sobre pessoal. Comissões de embarque ou tropa para os oficiais; Apresentação e posse dos comandantes e oficiais; Embarque e distribuição de praças; Alterações e substituições do pessoal; Deveres do pessoal. Disposições gerais; Deveres e responsabilidades dos oficiais; Deveres das praças especiais quando embarcadas; Deveres das praças.

HISTÓRIA NAVAL

INTRODUÇÃO

A HISTÓRIA DA NAVEGAÇÃO – Os navios de madeira: construindo embarcações e navios; O desenvolvimento dos navios portugueses; O desenvolvimento da navegação oceânica: os instrumentos e as cartas de marear; e A vida a bordo dos navios veleiros.

A EXPANSÃO MARÍTIMA EUROPÉIA E O DESCOBRIMENTO DO BRASIL – Fundamentos da organização do Estado português e a expansão ultramarina; O reconhecimento da costa brasileira; e As expedições guarda-costas; A expedição colonizadora de Martim Afonso de Sousa.

INVASÕES ESTRANGEIRAS AO BRASIL – Invasões francesas no Rio de Janeiro e no Maranhão; Invasões na Foz do Amazonas; Invasões holandesas na Bahia e em Pernambuco; Corsários franceses no Rio de Janeiro no século XVIII; e Guerras, tratados e limites no sul do Brasil.

FORMAÇÃO DA MARINHA IMPERIAL BRASILEIRA – A vinda da Família Real; Política externa de D. João e a atuação da Marinha: a conquista de Caiena e a ocupação da Banda Oriental; e Guerra de Independência.

A ATUAÇÃO DA MARINHA NOS CONFLITOS DA REGÊNCIA E DO INÍCIO DO SEGUNDO REINADO – Conflitos internos; Cabanagem; Guerra dos Farrapos; Sabinada; Balaiada; Revolta Praieira; Conflitos externos; Guerra Cisplatina; Guerra contra Oribe e Rosas.

A ATUAÇÃO DA MARINHA NA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA CONTRA O GOVERNO DO PARAGUAI – O bloqueio do Rio Paraná e a Batalha Naval do Riachuelo; Navios encouraçados e a invasão do Paraguai; Curuzu e Curupaiti; Caxias e Inhaúma; Passagem de Curupaiti; Passagem de Humaitá; O recuo das forças paraguaias; O avanço aliado e a Dezembrada; A ocupação de Assunção e a fase final da guerra.

A MARINHA NA REPÚBLICA – Primeira Guerra Mundial: Antecedentes; O preparo do Brasil; A Divisão Naval em Operações de Guerra; O Período entre Guerras; A situação em 1940; Segunda Guerra mundial: Antecedentes; Início das hostilidades e ataques aos nossos navios mercantes; A Lei de Empréstimo e Arrendamento e modernizações de nossos meios e defesa ativa da costa brasileira; Defesas Locais; Defesa Ativa; A Força Naval do Nordeste; E o que ficou? O EMPREGO PERMANENTE DO PODER NAVAL – O Poder Naval na guerra e na paz: Classificação; A percepção do Poder Naval; O emprego permanente do Poder Naval.

BIBLIOGRAFIA

FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA PÚBLICA

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Título V. capítulos I, II e III. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

Disponível para download em:

<<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>. Acesso em 29 de setembro de 2023.

LEGISLAÇÃO MILITAR-NAVAL

BRASIL. Decreto nº 88.545, de 26 de julho de 1983. Regulamento Disciplinar para a Marinha. Títulos I, II e IV. Vade Mécum Naval. Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Ed. rev. Rio de Janeiro, 2009.

Disponível para download em:

<<https://www.marinha.mil.br/com5dn/sites/www.marinha.mil.br.com5dn/files/RDM.pdf>>.

Acesso em 28 de setembro de 2023.

_____. Lei nº 6.880, de 9 dezembro de 1980 e suas posteriores alterações.

Estatuto dos Militares. Títulos I e II. Brasília, 1980. Diário Oficial da União.

Disponível para download em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6880.htm>. Acesso em 22 de setembro de 2023.

_____. Decreto nº 95.480, de 13 de dezembro de 1987. Ordenança Geral para o Serviço da Armada (Títulos II, III e IV). Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-95480-13-dezembro-1987-446244-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 23 de setembro de 2023.

RELAÇÕES HUMANAS E LIDERANÇA

BRASIL. Diretoria de Ensino da Marinha. Manual de Liderança da Marinha.pdf.

Acesso em 22 de setembro de 2023. Texto integral.

<https://www.marinha.mil.br/ciaa/sites/www.marinha.mil.br.ciaa/files/u3/DEnsM-1005%20MANUAL%20DE%20LIDERAN%C3%87A%20DA%20MARINHA.pdf>

HISTÓRIA NAVAL

BITTENCOURT, A. de S. Introdução à História Marítima Brasileira. Texto integral (incluindo a Introdução). Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.

Disponível para download

<[https://www.marinha.mil.br/com1dn/sites/www.marinha.mil.br.com1dn/files/upload/Introdução à História Marítima Brasileira.pdf](https://www.marinha.mil.br/com1dn/sites/www.marinha.mil.br.com1dn/files/upload/Introdução%20à%20História%20Marítima%20Brasileira.pdf)>. Acesso em 19 de setembro de 2023.

APÊNDICE VIII

**MARINHA DO BRASIL
COMANDO DO 4º DISTRITO NAVAL**

RECURSO DA PROVA OBJETIVA

PREENCHA DE ACORDO COM O AVISO DE CONVOCAÇÃO.

RECURSOS EM DESACORDO COM AS INSTRUÇÕES NÃO SERÃO ANALISADOS.

PROCESSO SELETIVO:

PROFISSÃO/ESPECIALIDADE:

PROVA (DISCIPLINA E COR):

Nº DA QUESTÃO RECORRIDA:

RESP. DO GABARITO:

RESP. DO VOLUNTÁRIO

FINALIDADE DO RECURSO:

FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO:

NOME:

Nº DE INSCRIÇÃO:

ENDEREÇO:

DATA:

ASSINATURA:

BIBLIOGRAFIA QUE EMBASOU A ARGUMENTAÇÃO (ANEXAR CÓPIA DAS PÁGINAS DE INTERESSE):

**APÊNDICE IX
MARINHA DO BRASIL
COMANDO DO 4º DISTRITO NAVAL
RECURSO DA PROVA DE TÍTULOS**

PROCESSO SELETIVO: _____
PROFISSÃO/ESPECIALIDADE: _____
NOME: _____
Nº DE INSCRIÇÃO: _____
DATA: ____/____/____

_____ ASSINATURA

FINALIDADE DO RECURSO:

FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO:

Se necessário utilizar o verso

**APÊNDICE XI
MARINHA DO BRASIL
COMANDO DO 4º DISTRITO NAVAL
RECURSO PARA VERIFICAÇÃO DOCUMENTA**

PROCESSO SELETIVO: _____

PROFISSÃO/ESPECIALIDADE: _____

NOME: _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____

DATA: ____/____/____

ASSINATURA

FINALIDADE DO RECURSO:

FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO:

Se necessário utilizar o verso

APÊNDICE XII
MARINHA DO BRASIL
COMANDO DO 4º DISTRITO NAVAL
PROVA DE TÍTULOS
RECIBO DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

Com4ºDN:	
NOME:	
Nº INSCRIÇÃO:	ESPECIALIDADE:
TELEFONES:	E-MAIL:

De acordo com o previsto no subitem _____ do Aviso de Convocação, no ato da entrega dos documentos comprobatórios dos títulos, o voluntário deverá preencher e assinar o presente recibo, no qual relacionará os títulos apresentados. Deverão ser apresentadas cópias, devidamente autenticadas, de cada título declarado. As cópias apresentadas permanecerão arquivadas no Comando do 4º Distrito Naval.

- Obs.: 1) O voluntário deverá preencher de próprio punho, inutilizando as linhas não preenchidas; e
2) O recebimento dos documentos não denota sua pontuação.

ORDEM	DOCUMENTOS APRESENTADOS

Eu, _____ (Nome do Voluntário), declaro que todos os documentos descritos e assinalados acima foram entregues, sendo de minha inteira responsabilidade as informações prestadas no ato de entrega dos títulos, bem como a entrega dos mesmos na data prevista no cronograma de eventos do Apêndice I, deste Aviso.

Obs.: Os títulos após sua entrega não poderão ser substituídos e não será permitido acrescentar outros títulos aos já entregues.

_____, _____ de _____ de _____.
(Local) (data)

Assinatura do Representante da MB

Assinatura do Voluntário

I - Para as vagas destinadas ao EAT:

ALÍNEA	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
a)	Certificado ou declaração de conclusão de curso, de qualificação profissional na área da profissão a que concorre, acompanhado de histórico escolar, emitido por instituição de ensino oficialmente reconhecida pelo MEC, com duração igual ou superior a 240 horas, com 21 pontos por certificado ou declaração, até o limite de 2 (dois) documentos.	
b)	Certificado ou declaração de conclusão de curso de qualificação profissional na área da profissão a que concorre, acompanhado de histórico escolar, emitido por instituição de ensino oficialmente reconhecida pelo MEC, com duração igual ou superior a 160 horas e inferior a 240 horas, com 10 pontos por certificado ou declaração, até o limite de 3 (três) documentos.	
c)	Exercício de atividade profissional na área a que concorre, na Administração Pública ou na Iniciativa Privada, em empregos/cargos na profissão a que concorre com 6 (seis) pontos por ano, até o total de 4 (quatro) anos, sem sobreposição de tempos.	
d)	Certificado/Diploma de exames de proficiência nos idiomas inglês, espanhol, francês ou alemão a partir do nível intermediário: Cambridge English Preliminary (PET), Cambridge English First (FCE), Cambridge English Advanced (CAE), Cambridge English Proficiency (CPE), IELTS (pontuação mínima 4), TOEFL iBT (pontuação mínima 60), TOEIC (pontuação mínima 550), Michigan ECCE, Michigan ECPE, DELE (B1, B2, C1,C2), DELF (B1, B2), DALF (C1,C2), TestDaF, Goethe-Zertifikat (B1, B2, C1, C2) ou BULATS (B1, B2, C1, C2), com 1 (um) ponto por certificado/diploma, devendo estes, necessariamente, atestar proficiência em idiomas distintos, até o limite de 4 (quatro) certificados/diplomas de exames de proficiência.	
TOTAL		

II - Para as vagas destinadas ao ETP:

a) Vagas de Processamento de Dados - Infraestrutura

INFRAESTRUTURA		
ALÍNEA	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
a)	Exercício de atividade profissional de nível médio na Administração Pública ou na Iniciativa Privada, em empregos/cargos na área a que concorre com 7 (sete) pontos por ano, até o total de 8 (oito) anos, sem sobreposição de tempos.	

b)	Certificações em Tecnologia de Informação, contando 6 (seis) pontos cada, até o total de 24 pontos, que poderão ser emitidos pelos respectivos fabricantes, nas áreas de Cabeamento Estruturado, Linux, Windows, Java, Banco de Dados, CISCO, ITIL ou CISSP.	
c)	Certificado de realização de Curso em Sistema Operacional Linux com carga horária mínima de 80 (oitenta) horas, com 10 (dez) pontos por certificado, devendo estes, necessariamente serem distintos e terem sido emitidos até 4 (quatro) anos antes de sua apresentação, até o limite de 2 (dois) certificados.	
TOTAL		

b) Vagas de Processamento de Dados – Segurança das Informações Digitais:

SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES DIGITAIS		
ALÍNEA	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
a)	Exercício de atividade profissional de nível médio na Administração Pública ou na Iniciativa Privada, em empregos/cargos na área a que concorre com 7 (sete) pontos por ano, até o total de 8 (oito) anos, sem sobreposição de tempos.	
b)	Certificações em Tecnologia de Informação, contando 6 (seis) pontos cada, até o total de 24 pontos, que poderão ser emitidos pelos respectivos fabricantes, nas áreas de Cabeamento Estruturado, Linux, Windows, Java, Banco de Dados, CISCO, ITIL ou CISSP.	
c)	Certificado de realização de Cursos em Segurança de Redes com carga horária mínima de 20 (vinte) horas, com 10 (dez) pontos por certificado, devendo estes, necessariamente serem distintos e terem sido emitidos até 4 (quatro) anos antes de sua apresentação, até o limite de 2 (dois) certificados.	
TOTAL		

c) Vagas de Processamento de Dados – Desenvolvimento Sistemas:

SISTEMAS		
ALÍNEA	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
a)	Exercício de atividade profissional de nível médio na Administração Pública ou na Iniciativa Privada, em empregos/cargos na área a que concorre com 7 (sete) pontos por ano, até o total de 8 (oito) anos, sem sobreposição de tempos.	

b)	Certificações em Tecnologia de Informação, contando 6 (seis) pontos cada, até o total de 24 pontos, que poderão ser emitidos pelos respectivos fabricantes, nas áreas de Cabeamento Estruturado, Linux, Windows, Java, Banco de Dados, CISCO, ITIL ou CISSP.	
c)	Certificado de realização de Cursos em Java com carga horária mínima de 80 (oitenta) horas, com 10 (dez) pontos por certificado, devendo estes, necessariamente serem distintos e terem sido emitidos até 4 (quatro) anos antes de sua apresentação, até o limite de 2 (dois) certificados.	
TOTAL		

d) Vagas de Processamento de Dados – Banco de Dados:

BANCO DE DADOS		
ALÍNEA	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
a)	Exercício de atividade profissional de nível médio na Administração Pública ou na Iniciativa Privada, em empregos/cargos na área a que concorre com 7 (sete) pontos por ano, até o total de 8 (oito) anos, sem sobreposição de tempos.	
b)	Certificações em Tecnologia de Informação, contando 6 (seis) pontos cada, até o total de 24 pontos, que poderão ser emitidos pelos respectivos fabricantes, nas áreas de Cabeamento Estruturado, Linux, Windows, Java, Banco de Dados, CISCO, ITIL ou CISSP.	
c)	Certificado de realização de Curso Administrador de Banco de Dados com carga horária mínima de 100 (cem) horas, com 10 (dez) pontos por certificado, devendo estes, necessariamente serem distintos e terem sido emitidos até 4 (quatro) anos antes de sua apresentação, até o limite de 2 (dois) certificados.	
TOTAL		

e) Demais Áreas:

ALÍNEA	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
a)	Certificado ou declaração de conclusão de curso de qualificação profissional na área da profissão a que concorre, acompanhado de histórico escolar, emitido por instituição de ensino oficialmente reconhecida pelo MEC, com duração igual ou superior a 400 horas, com 19,5 pontos por certificado ou declaração, até o limite de 2 (dois) documentos.	

b)	Certificado ou declaração de conclusão de curso de qualificação profissional na área da profissão a que concorre, emitido por instituição de ensino oficialmente reconhecida pelo MEC, com duração igual ou superior a 240 horas e inferior a 400 horas, com 10 pontos por certificado ou declaração, até o limite de 3 (três) documentos.	
c)	Certificado ou declaração de conclusão de curso de qualificação profissional na área da profissão a que concorre, acompanhado de histórico escolar, emitido por instituição de ensino oficialmente reconhecida pelo MEC, com duração igual ou superior a 160 horas e inferior a 240 horas, com 5 pontos por certificado ou declaração, até o limite de 3 (três) documentos.	
d)	Exercício de atividade profissional de nível técnico na Administração Pública ou na Iniciativa Privada, em empregos/cargos na profissão a que concorre com 3 (três) pontos por ano, até o total de 4 (quatro) anos, sem sobreposição de tempos.	
e)	Certificado/Diploma de exames de proficiência nos idiomas inglês, espanhol, francês ou alemão a partir do nível intermediário: Cambridge English Preliminary (PET), Cambridge English First (FCE), Cambridge English Advanced (CAE), Cambridge English Proficiency (CPE), IELTS (pontuação mínima 4), TOEFL iBT (pontuação mínima 60), TOEIC (pontuação mínima 550), Michigan ECCE, Michigan ECPE, DELE (B1, B2, C1,C2), DELF (B1, B2), DALF (C1,C2), TestDaF, Goethe-Zertifikat (B1, B2, C1, C2) ou BULATS (B1, B2, C1, C2), com 1 (um) ponto por certificado/diploma, devendo estes, necessariamente, atestar proficiência em idiomas distintos, até o limite de 4 (quatro) certificados/diplomas de exames de proficiência.	
TOTAL		

Local, ____ de _____ de _____.

Comissão Examinadora: _____

Presidente da Banca

Membro da Banca
Carimbo e Assinatura

Membro da Banca
Carimbo e Assinatura

Membro da Banca
Carimbo e Assinatura

APÊNDICE XIII
MARINHA DO BRASIL
COMANDO DO 4º DISTRITO NAVAL
FICHA DE VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL

Item	DOCUMENTO	Quantidade de documentos	Apresentou	
			SIM	NÃO
01	Cópia do Documento oficial de identidade com fotografia.			
02	Cópia do CPF (podendo constar no documento oficial de identidade).			
03	Cópia da Certidão de Nascimento, Casamento ou Contrato de União Estável.			
04	Cópia do Certificado de reservista ou equivalente, quando couber.			
05	Cópia do Comprovante de residência.			
06	Cópia da Folha de Alterações da Caderneta Registro/Assentamentos, para militares da ativa e reserva.			
07	Cópias do Título de Eleitor e da Certidão de Quitação Eleitoral.			
08	Cópia do registro profissional expedido pelo órgão fiscalizador da profissão, quando for exigido pela profissão.			
09	Para candidatos às vagas para função de motorista de viaturas administrativas, cópia da Carteira Nacional de Habilitação nas categorias D e E.			
10	Diploma do Curso para a habilitação em que concorre e respectivo Histórico Escolar			
11	Declaração de Voluntariado e Compromisso.			
12	Atestado de bons antecedentes de conduta.			
13	Declaração negativa de gravidez, no caso de voluntária feminina.			
14	Declaração de Tempo de Serviço Público Civil e/ou Militar Anterior.			
15	Comprovante de inscrição.			
16	Certidão de Antecedentes da Justiça Militar.			
17	Certidão da Justiça Federal.			
18	Certidão da Justiça Estadual.			
19	Para candidatos às vagas para função de motorista de viaturas administrativas, cópia da Consulta de Pontuação de CNH do sítio do DETRAN, referente aos últimos doze meses antes da data de início do período de entrega, constante do Cronograma de Eventos.			
20	Declaração de Investidura em Cargo Público para Profissionais de Saúde, com profissões regulamentadas.			
21	Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público para Profissionais de Saúde, com profissões regulamentadas.			
22	Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público para Profissionais das demais áreas.			
23	OUTROS:			
	TOTAL DE FOLHAS:			

Local _____, em _____ de _____ de _____.

Assinatura do Servidor Responsável

Assinatura do Voluntário

APÊNDICE XIV
MARINHA DO BRASIL
COMANDO DO 4º DISTRITO NAVAL
DECLARAÇÃO DE VOLUNTARIADO E COMPROMISSO PARA PRESTAÇÃO DE SMV

1. Eu, _____,
declaro que sou voluntário(a) a incorporar, no ano de _____, para prestar o Serviço Militar Voluntário (SMV) como Militar da Reserva de 2ª Classe da Marinha.

2. No caso de ser incorporado(a), aceito servir em qualquer Organização Militar da área de jurisdição do 4º Distrito Naval que me for designada, sujeitando-me, se for aceito(a), a todos os deveres e obrigações militares previstos na legislação em vigor e conhecedor que poderei obter, dependendo da existência de vagas e do meu desempenho profissional, prorrogações anuais, não ultrapassando o período de 8 (oito) anos, deduzido todo o tempo de efetivo serviço prestado a qualquer uma das Forças Armadas, contínuo ou não, contabilizada qualquer espécie de Serviço Militar (inicial, estágios, dilação, prorrogações e outros).

3. Assumo o compromisso de prestar o SMV, nas condições especificadas, por um prazo mínimo de doze meses, conforme preconizado nos art. 18, §3º, 28, §4º e 22, do Decreto nº 4.780, de 15 de julho de 2003 (Regulamento da Reserva da Marinha).

4. Autorizo que se proceda à verificação de dados biográficos, para fim de convocação à prestação do Serviço Militar.

5. Tempo de Serviço Militar anteriormente prestado: _____ anos, _____ meses e _____ dias.

6. Dados Complementares:

a) Data de Nascimento: _____ / _____ / _____

b) Endereço: _____

c) Estado Civil: _____

d) Documento de Identificação: _____

e) Filiação: _____

f) Dependentes (nome completo e grau de parentesco)

I) _____

II) _____

III) _____

IV) _____

Local e data:

Assinatura do(a) voluntário(a)

APÊNDICE XV

MARINHA DO BRASIL

COMANDO DO 4º DISTRITO NAVAL

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ANTERIOR COMO MILITAR NAS FORÇAS ARMADAS

Eu, _____ (nome completo),
Identidade nº _____, CPF nº _____, nascido aos _____
dias do mês de _____ de _____, filho de _____
_____ e de _____,
declaro, para fins de comprovação junto ao Comando do 4º Distrito Naval, que (**posso** _____ anos,
_____ meses, _____ dias), exercido no (a) _____,
(Respectiva Força Armada) no(s) período(s) a seguir discriminados:

de ____/____/____ até ____/____/____
de ____/____/____ até ____/____/____
de ____/____/____ até ____/____/____

(incluir todos os períodos que possuir)

ou (**não possuo**) tempo como militar das Forças Armadas, anterior à minha incorporação para o presente Serviço Militar, que possa ser averbado na contagem total do meu tempo de serviço.

_____/_____, _____ de _____ de _____.
(Local e data)

Assinatura do(a) voluntário(a)

OBSERVAÇÃO:

a) Se o(a) voluntário(a) possui tempo de serviço anterior como militar anterior, deverá descrever **posso** _____ anos, _____ meses, _____ dias no documento final. Se o(a) voluntário(a) não possui tempo de serviço anterior como militar, deverá descrever **não possuo** no documento final.

b) As expressões em itálico e as linhas **não devem ser impressas** no documento final do(a) voluntário(a), destinando-se, exclusivamente, à utilização como orientação de preenchimento da Declaração.

APÊNDICE XVI

MARINHA DO BRASIL

COMANDO DO 4º DISTRITO NAVAL

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO DO ESTADO DE GRAVIDEZ
(somente para o segmento feminino)

Eu, _____
(nome completo), Identidade nº _____, CPF nº _____,
nascida aos _____ dias do mês de _____ de _____, filha de
_____ e de
_____, declaro, para efeito
do processo seletivo ao Serviço Militar Voluntário (SMV), que fui alertada e tomei ciência de que:

a) O estado de gravidez não impossibilita a minha participação neste processo. Entretanto, impede a incorporação para o estágio, em virtude dos riscos decorrentes do exame de aptidão física e das atividades militares a serem desenvolvidas, na primeira fase do estágio durante a prestação do SMV; e

b) Sou responsável por comunicar, o mais rápido possível, e por escrito, o meu estado de gravidez à autoridade militar competente.

Em face do exposto, declaro que não me encontro em estado de gravidez, na presente data.

_____/_____, _____ de _____ de _____.
(Local e data)

Assinatura da voluntária

OBSERVAÇÃO:

a) As expressões em *itálico* e as linhas **não devem ser impressas** no documento final da voluntária, destinando-se, exclusivamente, à utilização como orientação de preenchimento da Declaração.

b) Os dados inseridos na Declaração devem ser **negritados** para facilitar a sua identificação e conferência.

APÊNDICE XVII
MARINHA DO BRASIL
COMANDO DO 4º DISTRITO NAVAL
DECLARAÇÃO DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM
PROFISSÕES REGULAMENTADAS

1. Eu, _____ (nome completo),
Identidade nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos
_____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de
_____ e de
_____,
declaro, sob as penas da lei, para fins de comprovação junto ao Comando do 4º Distrito Naval,
que, como profissional de saúde, ocupo um cargo público de
_____, na (o)
_____ (União, Estado, Município ou Distrito
Federal), cuja minha permanência somente será possível se houver compatibilidade de horários
e prevalência das atividades militares que exercerei. Declaro, ainda, que não estarei, na data
prevista para minha incorporação à Marinha do Brasil, caso esta ocorra, investido(a) em outro
cargo, emprego ou função pública, seja ele da administração direta, indireta, autárquica ou
fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos
Municípios, além do acima mencionado.

2. Tenho plena ciência que, caso incorporado(a) à Marinha do Brasil e venha a exercer
uma terceira função/cargo/emprego público acima especificado, serei licenciado(a)
imediatamente das fileiras da Marinha.

3. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas,
ciente da responsabilidade criminal prevista nos art. 299 e 304 (falsidade ideológica) do
Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e art. 312 (falsidade) do
Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar.

_____/_____, _____ de _____ de _____.
(Local e data)

Assinatura do(a) declarante

APÊNDICE XVIII

MARINHA DO BRASIL

COMANDO DO 4º DISTRITO NAVAL

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE,
COM PROFISSÕES REGULAMENTADAS

1. Eu, _____ (nome completo),
Identidade nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos
_____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de
_____ e de
_____, declaro,
sob as penas da lei, para fins de comprovação junto ao Comando do 4º Distrito Naval, que,
como profissional de saúde, não ocupo cargo público em qualquer dos poderes da União, dos
Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios e, caso venha a ocupar (para profissões das áreas
de Saúde e de Apoio à Saúde), o farei apenas em um cargo e a minha permanência somente
será possível se houver compatibilidade de horários e prevalência das atividades militares que
exercerei. Declaro, ainda, que não estarei, na data prevista para minha incorporação à Marinha
do Brasil, caso esta ocorra, investido(a) em mais de um cargo, emprego ou função pública, seja
ele da administração direta, indireta, autárquica ou fundacional de qualquer dos Poderes da
União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

2. Tenho plena ciência que, caso incorporado(a) à Marinha do Brasil e venha a exercer
mais de uma função pública acima especificada, simultaneamente à que ora pleiteio, serei
licenciado(a) imediatamente das fileiras da Marinha.

3. Declaro, também, para todos os fins, serem verdadeiras as informações fornecidas,
ciente da responsabilidade criminal prevista nos art. 299 e 304 (falsidade ideológica) do
Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e art. 312 (falsidade) do
Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar.

_____/_____, _____ de _____ de _____.
(Local e data)

Assinatura do(a) declarante

APÊNDICE XIX

MARINHA DO BRASIL

COMANDO DO 4º DISTRITO NAVAL

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO PARA PROFISSIONAIS DAS DEMAIS
ÁREAS

1. Eu, _____ (nome completo), Identidade nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos _____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, declaro, sob as penas da lei, para fins de comprovação junto ao Comando do 4º Distrito Naval, que não estarei, na data prevista para minha incorporação à Marinha do Brasil, caso esta ocorra, investido(a) em cargo, emprego ou função pública, seja ele da administração direta, indireta, autárquica ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

2. Tenho plena ciência que, caso incorporado(a) à Marinha do Brasil e venha a exercer qualquer função pública acima especificada, simultaneamente à que ora pleiteio, serei licenciado(a) imediatamente das fileiras da Marinha, por ferir o disposto no art. 142, § 3º, do inciso II, da Constituição Federal.

3. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos art. 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e art. 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar.

_____/_____, _____ de _____ de _____.
(Local e data)

Assinatura do(a) declarante

APÊNDICE XIX

MARINHA DO BRASIL

COMANDO DO 4º DISTRITO NAVAL

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO PARA PROFISSIONAIS DAS DEMAIS
ÁREAS

1. Eu, _____ (nome completo), Identidade nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos _____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, declaro, sob as penas da lei, para fins de comprovação junto ao Comando do 4º Distrito Naval, que não estarei, na data prevista para minha incorporação à Marinha do Brasil, caso esta ocorra, investido(a) em cargo, emprego ou função pública, seja ele da administração direta, indireta, autárquica ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

2. Tenho plena ciência que, caso incorporado(a) à Marinha do Brasil e venha a exercer qualquer função pública acima especificada, simultaneamente à que ora pleiteio, serei licenciado(a) imediatamente das fileiras da Marinha, por ferir o disposto no art. 142, § 3º, do inciso II, da Constituição Federal.

3. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos art. 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e art. 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar.

_____/_____, _____ de _____ de _____.
(Local e data)

Assinatura do(a) declarante

APÊNDICE XXI
TIMBRE DA INSTITUIÇÃO
ATESTADO MÉDICO PARA O TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

Atesto que o(a) Sr.(a) _____,
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, voluntário ao PS-SMV-PR/2024,
foi por mim examinado e encontra-se em boas condições de saúde, estando apto para realizar o
Teste de Aptidão Física previsto no respectivo Aviso, que consta de nadar o percurso de 25 (vinte e
cinco) metros no tempo máximo de 50 (cinquenta) segundos para o sexo masculino e 1 (um)
minuto para o sexo feminino e correr o percurso de 2.400 (dois mil e quatrocentos) metros no
tempo máximo de 16 (dezesesseis) minutos para o sexo masculino e 17 (dezessete) minutos para o
sexo feminino.

LOCAL E DATA: _____, em _____ de _____ de 202____.

NOME DO MÉDICO(A): _____.

CRM: _____.

Assinatura do Médico(a) e Carimbo Legível com CRM

